

PREGÃO ELETRÔNICO N° 23/2026

Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica especializada para prestação de serviços de assistência médica na especialidade de Traumatologia e Ortopedia.

Processo Administrativo n° 152/2026 – Valor total estimado: R\$ 1.565.954,88 (Um milhão quinhentos e sessenta e cinco mil novecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e oito centavos).

Critério de julgamento: Menor preço

Forma de adjudicação: Global

Tipo de Objeto: Serviço contínuo

Modo de disputa: Aberto

Exclusivo me/epp/equiparadas: NÃO

Garantia Contratual: SIM

Data e hora da abertura da sessão pública: no dia 18 de setembro de 2026 às 10h00min.

Edital e certame: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br> (Portal de Compras Públicas)

A **FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ N. 13.016.717/0001-73, sito à Rua Castro Alves, 948, Tamandaré, em Esteio/RS, por intermédio de seu Diretor Geral, Sr. Jonatã Carvalho da Silva, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, nos termos da Lei n° 14.133/21 e no Decreto n.º 7.744, de 01 de junho de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a **Contratação de Pessoa Jurídica para Assistência Médica em Traumatologia e Ortopedia** de forma contínua, sem dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, especificações técnicas, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, Termo de Referência e seus anexos.

1.2. DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DA MÃO DE OBRA.

1.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedando-se expressamente qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta. Neste modelo de execução contratual procura-se contratar o serviço de Assistência Médica em Traumatologia e Ortopedia

1.4. As licitantes deverão possuir condições que garantam a responsabilidade, presteza, segurança e eficácia da execução do objeto, de modo a obter pleno resultado.

1.5. O prazo de vigência da contratação será por 12 (doze) meses, conforme art. 105 e prorrogável na forma do art. 106 a 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.6 O prazo de garantia do serviço é aquele estabelecido na Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

1.7 A reserva Orçamentária se dará nos seguintes códigos:

1.7.1 Dotação Orçamentária de 2026/2027

Rubrica 3.3.90.39.00.00.00 – Outros Serviços Terceiros-PJ, Recurso 1621, Projeto Atividade 15.02.10.302.0005.2244-Progressar com as Operações, em um período de 12 meses.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

PE 23/2026 Contratação de Pessoa Jurídica para Assistência Médica em Traumatologia e Ortopedia

Rua Castro Alves, 948 – Tamandaré – CEP 93260-460

Fone (51) 2126 – 8300, Email: licitacao.hospital@esteio.rs.gov.br

Assinado eletronicamente por **JONATÃ CARVALHO DA SILVA, Diretor Geral**, em 01/09/2026 08:25:41

Assinado eletronicamente por **PAULO RENATO MOUSQUER KUNDE, Advogado**, em 28/08/2026 08:05:34

Para conferir a autenticidade do documento acesse o endereço <https://grp.esteio.rs.gov.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela PK5T.4H5C.32EO.RTQW

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Portal de Compras Públicas, disponível no endereço eletrônico: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>

2.1.1 Os interessados deverão estar cadastrados no portal da licitação em tempo hábil.

2.2 O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5 A obtenção do benefício referente ao art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.7 Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8 O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou

de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11 O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.13 A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilia a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Atenção: No momento do cadastro ou registro da proposta comercial eletrônica, o licitante deverá atentar para o fato de que, por razões de limitações técnicas das especificações dos materiais (quando for o caso) constantes no CATMAT/CATSER, as especificações técnicas completas do objeto licitado, para efeito e formulação da proposta, serão sempre aquelas constantes do Termo de Referência.

3.1 A fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 Caso a fase de habilitação antecede as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

3.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7 A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade do sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1 Valor superior a lance já recebido pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por **Menor Preço**;

3.12.2 Percentual de desconto inferior ao lance já ofertado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estritamente e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.16 É dever do licitante manter seu cadastro atualizado junto ao portal de licitações, ressaltando a importância do correto preenchimento do E-mail institucional, que será utilizado para os contatos, avisos, notificações e demais atos administrativos junto ao FSPSCE e atualizar previamente as comprovações de seus documentos anexados no portal para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor ou desconto;

4.1.2 Marca;

4.1.3 Fabricante; se for o caso.

4.1.4 Quantidades, devendo respeitar a quantidade total estipulada.

4.1.5 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1 O licitante não poderá oferecer proposta com quantitativo inferior ao máximo previsto.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 Se o regime tributário da empresa implica o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.7.3 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

4.8 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.9 A **PROPOSTA FINAL** do licitante declarado vencedor é o valor registrado no sistema, podendo ser encaminhada atualizada, acompanhando a DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR, quando houver, no prazo definido pelo pregoeiro, a contar da solicitação no sistema eletrônico.

4.10 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

4.10.1 Será exigida a garantia da contratação de 5% que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.10.2 A garantia, seja qual for a modalidade, deve ser prestada antes da assinatura do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

- 5.4** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.5** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6** O lance deverá ser ofertado pelo **Menor Preço**.
- 5.7** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8** O licitante somente poderá oferecer lance melhor ao último por ele ofertado e registrado no sistema, o mais vantajoso para a administração.
- 5.9** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 1% (**um por cento**).
- 5.10** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.11** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.12** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.12.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.12.2** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.12.3** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.12.4** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.12.5** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentarem lances intermediários.
- 5.13** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.13.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e após transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.13.2** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.13.3** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.13.4** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.13.5** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.14** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.14.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.14.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.14.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.14.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.14.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.14.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentarem lances intermediários.

5.15 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e em primeiro lugar.

5.17 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ofertado, vedada a identificação do licitante.

5.18 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.20 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.21.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.21.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.21.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.21.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.22 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.22.1.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.22.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.22.1.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.22.1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.22.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.22.1.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.22.1.2 Empresas brasileiras;

5.22.1.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.1.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.

5.22.3 Caso nenhum critério anterior seja suficiente para o desempate, será realizado sorteio a critério do agente de contratação de licitação responsável pela licitação utilizando-se apenas do fator sorte.

5.23 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos como critério de aceitabilidade.

5.23.2 Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.23.3 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.23.4 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.5 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.23.6 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.7 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta:

6.1.1 Documentos de Habilitação ou SICAF e DOCUMENTOS COMPLEMENTARES;

6.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

6.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.**6.1.4 Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;**

Nota: Sobre a apresentação do SICAF, nos documentos que não o compõem, é obrigatório a apresentação dos demais documentos solicitados, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados dos sistemas.

Nota: Pesquisa consolidada de CEIS, CNEP e outras: <https://portal.datransparencia.gov.br> ; Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (certidões-apf.apps.tcu.gov.br).

6.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 e 3.6 deste edital.

6.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 do decreto nº 7.584, de 07 de março de 2023.

6.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1 Contiver vícios insanáveis;

6.7.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que seja insanável.

6.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2 Inexistir custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi- integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, caso haja planilha anexa.

6.9.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I**, documentação exigida são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/21.

7.1.1 A apresentação do SICAF, substitui os documentos do nível de cadastramento, sendo obrigatória a apresentação dos demais documentos solicitados, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados dos sistemas.

7.1.2 Os licitantes **deverão** encaminhar **DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR, ANEXO I**, se houver.

7.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/16, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.3.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

7.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.7 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

7.9 O presente objeto não necessita de avaliação prévia do local.

7.10 A habilitação será verificada por meio do **ANEXO I, e/ou SICAF** nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.12 A verificação pelo pregoeiro/agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro/agente de contratação.

7.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no §1º do art.36 e do art.39 do Decreto 7584/2023.

7.13 A verificação dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.14.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.19 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/21.

8.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/21, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Comete infração administrativa, nos termos do Art. 155 da Lei nº 14.133/21, o que:

a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta quando:

b1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

b3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

c1) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa à licitação;

e) fraudar a licitação;

f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

f1) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

f2) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

f) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

g) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Com fulcro na Lei nº 14.133/21, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I – advertência;

II – multa;

III– impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para o Contratante;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4 A multa será de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado.

9.4.1 Para as infrações previstas nos itens “a”, “b” e “c”, a multa será de 0,5% a 15%, para os itens “d”, “e”, “f”, “g” e “h”, será de 15% a 30%, do valor do contrato lícitado.

9.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6 Na aplicação da sanção será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens “a”, “b” e “c”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas no item 9.1. “d”, “e”, “f”, “g” e “h”, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens “a”, “b” e “c” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo do art. 156, §5º, da Lei 14133/21.

9.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item “c” caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º do Decreto 7584/2023.

9.10 A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14 A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos

causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/21, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do Portal de Compras Públicas.

10.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O procedimento será divulgado no Portal de Compras Públicas e no Portal Nacional de Contratações Públicas– PNCP, autos do processo no GRP.

11.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3 Todas as referências de tempo observarão o horário de Brasília – DF.

11.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal de Compras Públicas.

11.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- **ANEXO I – Documentos de Habilitação**
- **ANEXO II – Modelo de Proposta Financeira**
- **ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Art. 63, INCISO IV DA LEI Nº 14.133/202**
- **ANEXO III – Minuta de Contrato**

11.12. Fazem parte integrante deste Edital:

- **Estudo Técnico Preliminar**
- **Termo de Referência**
- **Anexo Dados do Objeto**

DE ACORDO:**ASSESSORIA JURÍDICA DA FSPSCE****DIRETOR GERAL**

ANEXO I

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº23 /2026

A– Documentos comprobatórios de **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistem em:

- a1)** Pessoa física: cédula de identidade(RG)ou documentos equivalente que,por força de lei,tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- a2)** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, da Junta Comercial da sede;
- a3)**Microempreendedor Individual-MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual-CCMEI ,cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- a4)** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- a5)** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência,sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/MEN.º77, de 18 de março de 2020.
- a6)** Sociedade simples:inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede,acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- a7)** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial,sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- a8)** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembléia que o aprovou,devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede,além do registro de que trata o art.107 daLeinº 5.764,de 16 de dezembro 1971.
- a9)** Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário,nos termos do art.4º, §2ºdoDecretonº10.880,de 2 de dezembro de 2021.
- a10)** Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física,nos termos da Instrução Normativa RFB.971/09.

Nota:Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

B – Documentos comprobatórios de **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** consistem em:

- b1)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b2)**Prova de regularidade como Fundo de Garantia do Tempo de Serviço(FGTS);
- b3)**Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante Justiça do Trabalho(CNDT),mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa;
- b4)** Prova de regularidade com a **FAZENDA FEDERAL**,mediante certidão conjunta negativa de débitos,ou positiva com efeito de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- b5)** Prova de regularidade para com a **FAZENDA ESTADUAL**,do domicílio ou sede do licitante,pertinente ao seu ramo de atividade compatível como objeto contratual;
- b6)** Prova de regularidade para com a **FAZENDA MUNICIPAL**,do domicílio ou sede do licitante,pertinente ao seu ramo de atividade e compatível como objeto contratual;

C–Documentos comprobatórios de **ECONÔMICO-FINANCEIRA**,consistem em:

- c1)** **CERTIDÃO NEGATIVA de falência, de concordata**, de recuperação judicial ou extrajudicial, pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;
- c1.1)** Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva,deve o licitante apresentar comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, sob pena de inabilitação,devendo,ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

c2) BALANÇO PATRIMONIAL dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, com demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis quais sejam: demonstração das mutações do patrimônio líquido - DMPL e Notas Explicativas devidamente assinadas pelo(a)profissional habilitado(a) na área contábil.

c2.1) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2(dois)anos.

c2.1.1) Se a abertura da sessão ocorrer antes de 30 (trinta) de Junho, aceitar-se-á que os 2 (dois) últimos exercícios sociais

sejam o penúltimo e antepenúltimo em relação ao exercício atual vigente.

c3) DECLARAÇÃO assinada por profissional habilitado da área contábil, comprovando o atendimento dos índices econômicos a que se referem as demonstrações contábeis previstas no item c2, conforme abaixo:

c3.1) A aptidão econômica do licitante, para cumprir as obrigações será verificada mediante a obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

Circulante+Realizável a Longo Prazo	;
Passivo Circulante+Passivo Não Circulante	
Ativo Total	;
Passivo Circulante+Passivo Não Circulante	
Ativo Circulante	;
Passivo Circulante	

c3.2) As licitantes que apresentarem resultado menor que 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor total arrematado para o(s) item(ns) a ser(em) contratado(s), como exigência para sua habilitação.

D) DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA:

d.1) A CONTRATADA deverá apresentar Certificado de Regularidade de Inscrição junto ao CRM, atestando o Médico Responsável Técnico pela empresa;

d.2) ATESTADO ou certidão de CAPACIDADE TÉCNICA da licitante, que comprove que a empresa, executou para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, na especialidade de Traumatologia e Ortopedia, não sendo aceito atestados de outras áreas

d.3) A CONTRATADA deverá apresentar a documentação de um profissional para atuar na instituição como representante do serviço, sendo que este deverá possuir RQE em traumatologia e ortopedia.

d.4) Quanto da assinatura do contrato, deverão ser atendidas as exigências abaixo:

d.5) A CONTRATADA deverá apresentar Certificado de Regularidade de Inscrição junto ao CREMERS, atestando o Médico Responsável Técnico pela empresa;

d.6) Os profissionais médicos que irão laborar na FSPSCE devem possuir Curso Superior em Medicina com registro no CREMERS; e Registro de Especialista em Traumatologia e Ortopedia (RQE).

d.7) A CONTRATADA deverá comprovar que dispõe de equipe médica para prestar a assistência através da apresentação do Contrato Social, para comprovação de sócios ou apresentação de vínculo empregatício, através de cópia do registro em carteira de trabalho, quando empregados. Além do contrato social e registro em carteira de trabalho, podendo também ser aceito o contrato de trabalho (CLT), contrato de prestação de serviços, registro em conselho profissional (ART/RRT) e até declaração de contratação, sendo a comprovação mais flexível com a Lei nº 14.133/21, focando na garantia da presença do profissional qualificado para executar o contrato, e também não se limitando a empregados fixos, pois o edital define as exigências, mas deve ser razoável e permitir diferentes provas para fins de não restringir o certame.

d.8) A CONTRATADA deverá apresentar a documentação do CREMERS de um profissional para atuar na instituição como representante do serviço, sendo que este deverá possuir RQE em traumatologia e ortopedia e obrigatoriamente participar da assistência ao paciente.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA

PREGÃO ELETRÔNICO N° 23 /2026

Dados da empresa:

Razão Social					
CNPJ(MF)n°:					
Endereço:					
Telefone:		idade:			
Banco:		Agência:		Conta-Corrente:	

Dados do Representante para fim de apresentação da proposta e assinatura do contrato:

Nome:			
Cargo/Função:			
Endereço Eletrônico:		Telefone	

- A) A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de entrega desta carta de proposta.
B) Prazo para a execução dos serviços conforme Termo de Referência.
C) Preço Proposto: R\$

	DESCRIÇÃO	Un	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	UNITÁRIO	VALOR TOTAL 12(DOZE) MESES

Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº23/2026, bem como verificamos todas as especificações nele contidas, não havendo discrepância entre quaisquer informações ou documentos que dele fazem parte, e estamos cientes de todas as condições que possam de qualquer forma, influir nos custos, assim como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto, assumindo total responsabilidade pelas informações, bem como pelos erros ou omissões, contidas tanto no formulário proposta, como em seus anexos.

- a) Em atendimento à exigência do edital para participar da licitação, informo que a Garantia será realizada na modalidade:

	Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
	seguro-garantia;
	fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
	título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

atenciosamente.

local: _____ data: ____ / ____ / 20 ____.

Assinatura do Representante Legal

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Art. 63, INCISO IV DA LEI Nº 14.133/2021

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Art. 63, inciso IV da Lei 14.133/2021

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida em _____, **cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.**

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO-SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

CONTRATO NºXXXXX/202X
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152 /2026

DAS PARTES:

A **FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO**, entidade de direito privado, inscrito no CNPJ N.º 13.016.7170001/73, com sede administrativa na Rua Castro Alves, n.º 948, nesta cidade de Esteio - RS, representada neste ato pela sua Diretor Geral Sr. Jonatã Carvalho da Silva, doravante denominado **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: **XXXXXXXXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXXXX**, n.º **xxx** – **BairroXXXXXXXX**,nacidade**XXXXXXXX**,CEP**XXXXXXXX**,inscritanoCNPJn.º **xxx.xxx**.xxx/xxxxxxxx neste ato representada pelo, senhor(a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador(a) do CPF n.º **XXXXXXXX-xx** e RG n.º **XXXXXXXX**, E-mail institucional: **__@**, telefones: **(xx)xxxx-xxxx**.

Pelo presente contrato entre as partes acima qualificadas, é firmada e ajustada, a contratação do objeto enunciado, com autorização constante do Processo Administrativo n.º152/2026, homologado em XXX de XXX de 202x, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 7.744, de 01 de junho de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DA DOCUMENTAÇÃO

1.1 Fazem parte integrante do presente contrato, independente de transcrição, o Pregão Eletrônico n.º23/2026, seus anexos, a proposta da contratada datada em de **XX** de **XX** 202x, e os demais documentos referente ao objeto, que não contrariem o disposto neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui o objeto do presente instrumento a **contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de assistência médica na especialidade de Traumatologia e Ortopedia**, de forma contínua conforme quantidades e especificações indicados neste instrumento, termo de referência e no Pregão Eletrônico n.º152/2026.

2.2. A execução do objeto, deve ocorrer em estrita conformidade com o Anexo Dados do Objeto, Edital e Termo de Referência além dos demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

2.3. Toda e qualquer alteração no objeto somente poderá ser efetivada mediante prévia e expressa autorização por escrito da FSPSCE.

DO PRAZO E CONDIÇÕES DO SERVIÇO

2.4. Prazo de início da execução dos serviços será de 30 dias contados a partir da assinatura do TERMO DE INÍCIO.

2.5. Os serviços serão prestados no endereço da sede da Fundação de Saúde Pública São Camilo de Esteio, situada na Rua Castro Alves, n.º 948 – Bairro Tamandaré – Esteio/RS.

2.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

2.7. As licitantes deverão possuir condições que garantam a responsabilidade, presteza, segurança e eficácia da execução do objeto, de modo a obter pleno resultado.

2.8. ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS

2.8.1. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

2.8.2. Comunicar imediatamente ao fiscal responsável, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, e que possa vir a representar risco à segurança do Contratante para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

2.8.3. A CONTRATADA deverá fornecer jaleco branco, o qual será utilizado em diversos setores do Hospital, exceto no centro cirúrgico, onde deverá ser utilizado o SCRUB, este fornecido pela FSPSCE.

2.9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

2.9.1. A Contratante disponibilizará todos os materiais para a execução dos serviços.

2.13. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.13.1 Requisitos e Atribuições:

Requisitos	Atribuições
Curso Superior em Medicina com registro no CREMERS e Registro de Especialista (RQE) em TRAUMATO ORTOPEDIA	I. REALIZAR ATENDIMENTO MODALIDADE SOBREAVISO Principais atividades: Realizar a cobertura ininterrupta 24 horas diárias, 07 dias por semana, na Modalidade de plantão sobreaviso para os atendimentos no pronto-socorro e para a realização dos procedimentos decorrentes da avaliação inicial na unidade da emergência. Realizar avaliações e/ou procedimentos cirúrgicos em caráter de urgência de pacientes no setor de emergência ou internados em apoio as demais especialidades. II. REALIZAR ATENÇÃO HORIZONTAL AOS PACIENTES INTERNADOS (ROTINA) Principais Atividades: Realizar a avaliação diária dos pacientes internados no período matutino, de forma horizontal, executar procedimentos necessários conforme evolução do quadro (p. ex. troca de curativo, retirada de dreno), realizar a prescrição médica (até às 15h) e assegurar que o paciente esteja recebendo os cuidados necessários (p. ex. realização de exames, tratamento fisioterápico). III. REALIZAR APOIO INTERDISCIPLINAR (CONSULTORIA) Principais Atividades: Avaliar pacientes (emitir parecer sobre assunto no âmbito de sua especialidade), sob o cuidado de outras especialidades ou em outros setores da unidade hospitalar e, quando for detectada a necessidade e houver indicação, realizar pequenos procedimentos cirúrgicos e/ou acompanhar a evolução do paciente prestando Apoio Interdisciplinar. IV. REALIZAR CIRURGIAS Principais Atividades: Realizar procedimentos cirúrgicos previamente agendados com pacientes clinicamente parados. Obrigatório a adesão total ao Protocolo de Cirurgia Segura. V. REALIZAR ATENDIMENTO AMBULATORIAL Principais Atividades: Visa prestar atendimento em caráter ambulatorial, focado no acompanhamento de pacientes submetidos à cirurgia de urgência/emergência e eletiva no hospital. VI. ADESÃO AO PROTOCOLO DE CIRURGIA SEGURA INSTITUCIONAL Obrigação: Aderir rigorosamente

2.10. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Item	SERVIÇO	HORÁRIO	Nº ATENDIMENTOS
1	Sobreaviso 24h	Sobreaviso: Disponibilidade em regime de sobreaviso 24 horas por dia, 7 dias por semana. O médico de sobreaviso é responsável por realizar a rotina assistencial e a prescrição médica dos pacientes internados, preferencialmente no período da manhã, considerando que a prescrição médica deve estar concluída até as 16 horas. Compete ainda responder às consultorias solicitadas pelo médico plantonista da emergência, bem como aos pedidos de avaliação de pacientes internados em outras especialidades. As consultorias oriundas da emergência devem ser respondidas em até 1 hora, por WhatsApp ou pelo sistema, enquanto as consultorias de pacientes internados devem ser registradas e respondidas em até 24 horas, exclusivamente no sistema de prontuário eletrônico. Inclui-se também entre as atribuições do médico em regime de sobreaviso a realização de auxílio cirúrgico nas cirurgias da respectiva especialidade conforme demanda assistencial.	Média de 10 pacientes internados ao dia. Média 40 consultorias mensais
2	Consulta eletiva Centro de especialidades	A Contratada deverá ofertar horários disponíveis para a prestação dos serviços, os quais deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, no período das 08h00 às 17h00, com a finalidade de cumprir o número de consultas ofertadas. O médico em regime de sobreaviso poderá, de forma concomitante, realizar atendimento ambulatorial de consultas eletivas nas dependências do hospital, desde que não haja prejuízo às atribuições do sobreaviso.	média de 240 consultas mensais

3	Procedimentos/cirurgias	Cumprir a agenda realizada pelo Centro Cirúrgico; sendo que os procedimentos poderão ser agendados de segunda a sexta-feira (exceto feriados), em horário entre as 07h00min às 19h00min, com a finalidade de cumprir o número mínimo de procedimentos contratados. <u>De forma excepcional, poderão ser realizados procedimentos cirúrgicos aos sábados</u>	Sob demanda Mínimo de 30 cirurgias mensais Pagamento Conforme tabela SUS - SIGTAP (Multiplicada por dois) Como valor máximo a ser pago.
---	-------------------------	--	---

REFERENTE AO ITEM 3, letra b (descrição de serviços):

O valor a ser pago relativo a cirurgias é fixo, será praticado o valor da tabela SUS (ANEXO I), multiplicado por dois, sendo assim, este item não está sujeito a propostas. Deve-se precificar os itens 1 e 2 do quadro acima.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. Conforme proposta definitiva da empresa adjudicatária do certame, o valor DA HORA para a prestação de serviços do presente contrato é conforme quadro demonstrativo abaixo:

LOTE					
ITEM	SERVIÇO	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO MENSAL	VALOR TOTAL ESTIMADO 12(DOZE) MESES
	Sobreaviso 24h	Sobreaviso: Disponibilidade em regime de sobreaviso 24 horas por dia, 7 dias por semana. O médico de sobreaviso é responsável por realizar a rotina assistencial e a prescrição médica dos pacientes internados, preferencialmente no período da manhã, considerando que a prescrição médica deve estar concluída até as 16 horas. Compete ainda responder às consultorias solicitadas pelo médico plantonista da emergência, bem como aos pedidos de avaliação de pacientes internados em outras especialidades. As consultorias oriundas da emergência devem ser respondidas em até 1 hora, por WhatsApp ou pelo sistema, enquanto as consultorias de pacientes internados devem ser registradas e respondidas em até 24 horas, exclusivamente no sistema de prontuário eletrônico. Inclui-se também entre as atribuições do médico em regime de sobreaviso a realização de auxílio cirúrgico nas cirurgias da respectiva especialidade conforme demanda assistencial.	R\$	R\$	R\$
	Consulta eletiva de Centro de especialidades	A Contratada deverá ofertar horários disponíveis para a prestação dos serviços, os quais deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, no período das 08h00 às 17h00, com a finalidade de cumprir o número de consultas ofertadas. O médico em regime de sobreaviso poderá, de forma concomitante, realizar atendimento ambulatorial de consultas eletivas nas dependências do hospital, desde que não haja prejuízo às atribuições do sobreaviso.			
	Procedimentos/cirurgias	Ir a agenda realizada pelo Centro Cirúrgico; sendo que os procedimentos poderão ser agendados de segunda a sexta-feira (exceto feriados), em horário entre as 07h00min às 19h00min, com a finalidade de cumprir o número mínimo de procedimentos contratados. <u>De forma excepcional, poderão ser realizados procedimentos cirúrgicos aos sábados</u>			
VALOR TOTAL = R\$					

3.2. No preço contratado estão incluídos todos e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre os mesmos, bem como o custo de transporte, materiais, instalação, perdas, mão de obra, equipamento, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, além dos necessários e indispensáveis à completa execução.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 A reserva Orçamentária se dará nos seguintes códigos:

- Dotação Orçamentária de 2026 - 2027
- Rubrica 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços Terceiros-PJ, Recurso 1621, Projeto Atividade
- 15.02.10.302.0005.2244 - Manter os Atendimentos Ambulatoriais SUS em um período de 12 meses.

CLÁUSULA QUINTA-DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

5.1 O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei 14.133 de 2021.

5.2 O prazo de vigência poderá ser prorrogado, em formato plurianual, **por até 10 (dez) anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1 A prorrogação será formalizada mediante termo aditivo contratual.

5.2.2 Caso a CONTRATADA não tenha interesse em renovar o contrato para um novo período, deverá comunicar a

CONTRATANTE por escrito com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias.

CLÁUSULA SEXTA-DAS ALTERAÇÕES

- 6.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/21.
- 6.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 6.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em xx de xxxxx de 2025.
- 7.2. Após o intervalo de um ano os preços iniciais poderão ser reajustados pelo índice do IPCA dos últimos 12 (doze) meses, tendo como data-base à data do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. O reajuste de preços deverá ser solicitado expressamente pelo contratado, até a data do vencimento de cada anualidade do orçamento estimado, sob pena de preclusão.
- 7.4. Transcorrida a anualidade, perderá o direito ao reajuste, por preclusão, o contratado que não efetuar a solicitação prevista no item 7.3.
- 7.5. Nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, fica vedado reajuste em contratos com vigência inferior a um ano.
- 7.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.7. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.8. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.9. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado(s), será (ão) adotado (s), em substituição, o(s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.
- 7.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.11. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - DA GESTÃO CONTRATUAL

- 8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

DO PREPOSTO

8.6. A licitante vencedora deverá apresentar preposto, aceito pela Fundação de Saúde Pública São Camilo de Esteio, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, bem como para manter contato com o Fiscal do Contrato, devendo ser entregue documento constando: nome, nº do CPF, nº do documento de identidade, endereço eletrônico (e-mail), número de telefone móvel, que deverá ficar disponível durante 24 horas diárias e 7 dias por semana, 4.4.3. sábados, domingos e feriados, tendo em vista que o serviço de sobreaviso será prestado de forma ininterrupta.

8.7. A licitante vencedora deverá instruir seu preposto quanto à necessidade de atender prontamente a quaisquer solicitações da FSPSCE, do Fiscal do Contrato ou de seu substituto, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações destes, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados;

8.8. O preposto deverá estar disponível de forma on-line, durante 24 horas por dia, sete dias por semana e realizar o atendimento de demandas relativas à prestação do serviço.

8.8.1. São atribuições do preposto, entre outras:

- a) Cumprir e fazer cumprir todas as determinações, instruções e orientações emanadas das autoridades da FSPSCE e do Gestor do Contrato;
- b) Acompanhar a devida prestação do serviço, cumprimento das agendas de consultas e escalas de cirurgias;
- c) Reportar-se formalmente ao Gestor do Contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços;
- d) Relatar formalmente ao Gestor do Contrato, pronta e imediatamente, toda e qualquer irregularidade observada;
- e) Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da Contratada, respondendo à FSPSCE por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles.

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

8.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção

8.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

8.15. O fiscal técnico do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal técnico do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

GESTOR DO CONTRATO

8.17. O gestor do contrato coordena a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa a:

9.2. É dever da contratada manter durante o período de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, também, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para execução de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

9.3. Realizar o serviço na sede da contratante, situada à Rua Castro Alves, nº.948, Bairro Tamandaré, na cidade de Esteio, conforme descrição do serviço constante no item 4.4. letra B, deste termo de referência.

9.4. Previamente ao início da prestação de serviços na FSPSCE, a CONTRATADA deverá fornecer ao setor de faturamento ficha cadastral preenchida por cada profissional (formulário padrão da FSPSCE) e cópia digital das credenciais médicas ao setor de faturamento do Hospital, para o devido cadastro da equipe da contratada no CNES da Instituição.

9.5. Entrega de escala de serviços (sobreaviso) no penúltimo dia útil que antecede o mês no qual o serviço será prestado, informando o nome, CRM e telefone de cada profissional que irá laborar. Em caso de alterações na escala de trabalho, comunicar de imediato a Instituição Contratante.

9.6. A cada novo profissional a ser encaminhado para laborar nesta casa de saúde, fornecer previamente ficha cadastral preenchida pelo mesmo (formulário padrão da FSPSCE) e cópia digital das credenciais médicas ao setor de faturamento do Hospital, a fim de ser verificada a habilitação do profissional e fornecida autorização e login de acesso pela CONTRATANTE para utilização do sistema de prontuário eletrônico pela CONTRATADA.

9.7. Obrigatoriedade de repor os profissionais escalados por vossa empresa para atendimento ao sobreaviso, que eventualmente sejam afastados do labor por doença ou qualquer outra situação.

9.8. Cumprir a AGENDA CIRÚRGICA determinada pelo setor de Centro cirúrgico da Instituição, sendo que o **cancelamento dos procedimentos só poderá ser realizado pela Instituição**, por determinação da Direção Técnica; **em hipótese alguma poderá ocorrer cancelamento de procedimentos por parte da empresa prestadora de serviços**.

assim evitando prejuízo ao atendimento aos pacientes.

9.9. Cumprir a agenda de CONSULTAS ELETIVAS ORIUNDAS DO GERCON, sendo que caso o profissional titular designado, por qualquer motivo não compareça, a empresa prestadora de serviço deverá providenciar **substituto para atender a demanda**, em um prazo máximo de 2 horas, transcorridas a partir do horário que deveria iniciar a prestação do serviço, assim evitando prejuízo ao atendimento aos pacientes.

9.10. Os uniformes, isto é, jaleco branco com identificação pessoal para atendimento serão de obrigatoriedade da Contratada, já a vestimenta/scrub para utilização no centro cirúrgico será fornecida pela FSPSCE.

9.11. Garantir a efetiva execução do número mínimo de consultas e procedimentos cirúrgicos determinados neste termo de referência, os quais fazem parte da pactuação da FSPSCE com o Programa ASSISTIR da SES/RS.

9.12. É obrigatória a entrega de relatório mensal, até o 5º dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, constando consultas e procedimentos realizados, o qual deverá obrigatoriamente discriminar detalhadamente o serviço prestado; ainda a contratada deverá juntar documentação comprobatória dos pacientes atendidos; sendo que a documentação requerida acima passará por verificação do fiscal do contrato, que após.

9.13. Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA-DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Receber provisoriamente o serviço; verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

10.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de servidor especialmente designado;

10.3. Efetuar o pagamento na forma ajustada neste Termo de Referência e no Instrumento Contratual (se houver);

10.4. Cumprir com as demais obrigações constantes no previsto no Instrumento Contratual (se houver).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos do Art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- **Multa**: Para as infrações previstas nos itens “a”, “b”, “c”, “d” do subitem acima a multa será conforme itens abaixo:

I. Multa moratória de até 0,5 % por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida do contrato/objeto, até o limite de 60 (sessenta) dias;

II. Multa moratória de até 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato/objeto, até o máximo de 30%, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, se for o caso;

III. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;

IV. Multa Compensatória de até 30% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial, imperfeita ou total do contrato/objeto.

• **Multa:** Para as infrações previstas nos itens “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.3. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Contratante.

11.4. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para o Contratante;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

12.1 PAGAMENTO

12.1.1 Esta contratação será por PRODUÇÃO, isto é, a CONTRATADA receberá o valor correspondente ao somatório do sobreaviso adicionado ao número de consultas, cirurgias e procedimentos realizados. Não será

exigida carga horária mínima.

12.1.2 AFERIÇÃO:

É obrigatória a entrega de relatório mensal, até o 5º dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, constando consultas e procedimentos realizados, o qual deverá obrigatoriamente discriminar detalhadamente o serviço prestado; ainda a contratada deverá juntar documentação comprobatória dos pacientes atendidos; sendo que a documentação requerida acima passará por verificação do fiscal do contrato, que após evidenciar a devida prestação do serviço dará o aceite ao mesmo.

12.2 Quando couber, os bens/serviços serão recebidos provisoriamente, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

12.3 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

12.4 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

12.5 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

12.1. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

12.7 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

12.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

12.9. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

12.10. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

12.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

12.13. Os serviços serão recebidos definitivamente por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

12.13.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento

12.13.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;

12.13.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

12.13.4. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

12.13.5. Enviar a documentação pertinente ao setor respectivo para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

12.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que

pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.15. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

12.17. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

12.18. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação.

12.19. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

12.20. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) o período respectivo de execução do contrato;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.21. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

12.22. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

12.23. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

12.24. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.25. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.26. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

12.27. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.28. O pagamento pela efetiva execução do objeto deste instrumento será realizado em até **30 dias úteis** após a apresentação e protocolização da nota fiscal (ou documento legal que a substitua, conforme cada caso) com aceitação e ateste do responsável pelo recebimento, cumpridas todas as exigências, juntamente com as comprovações de regularidade perante a Fazenda Federal, Fazenda Estadual e/ou Fazenda Municipal do domicílio ou Sede do licitante ou outra equivalente, na forma da lei; a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei; a regularidade perante a Justiça do Trabalho, contados da finalização da liquidação da despesa.

NOTA: Alternativamente, a CONTRATADA poderá substituir o envio dos documentos previstos no item 12.28 pelo Certificado válido e vigente do SICAF para os documentos que o compõem. Para os documentos que não o compõem, é obrigatório a apresentação.

12.29. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

12.30. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.31. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.32. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.33. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.34. Providências e prazos para a liquidação e pagamento:

I – 10 (dez dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração;

II – 20 (vinte dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

12.35. A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela empresa contratada diretamente ao responsável pelo recebimento que somente irá atestar a entrega dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela empresa vencedora, todas as condições pactuadas.

12.36. A FSPSCE certificará a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o material entregue e o que foi solicitado. A contagem para o 20º (vigésimo) dia, previsto no caput, só iniciar-se-á após a aceitação dos serviços pelo responsável pelo recebimento e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

12.37. Para execução do pagamento, à empresa contratada deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome da Fundação de Saúde Pública São Camilo de Esteio, CNPJ 13.016.717/0001-73, informando o número de sua conta-corrente, se Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e/ou Banco do Estado do Rio Grande do Sul, e a respectiva Agência, bem como o número da Ordem de Compra.

12.38. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à empresa contratada e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus à FSPSCE.

12.39. A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da empresa contratada.

12.40. De acordo com Instrução Normativa RFB Nº 2110, de 17 de outubro de 2022 e alterações, do Instituto Nacional do Seguro Social do MPAS, a FSPSCE, SE COUBER, fará a retenção de 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal de prestação de serviços e efetuará o recolhimento à Seguridade Social.

12.41. A FSPSCE poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela empresa contratada casos verificados uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

- a) A empresa contratada deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador da FSPSCE.
- b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a empresa contratada atenda à cláusula infringida.
- c) A empresa que retarda indevidamente a entrega do objeto licitado por prazo que venha a prejudicar as atividades da FSPSCE.
- d) Débito da empresa contratada para com a FSPSCE, quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
- e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração às demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

12.42 Os pagamentos observarão os limites de desembolso máximo conforme cronograma estabelecido no termo de referência, se houver.

12.43 O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento à empresa vencedora/contratada, ocorrerá através da Fundação de Saúde Pública São Camilo de Esteio, mediante apresentação da nota fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, acompanhado das comprovações de regularidade junto a

Fazenda Federal, Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, Município de Esteio, FGTS e Justiça do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1 Será exigida a garantia da contratação de 5% que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

13.2 A garantia, seja qual for a modalidade, deve ser prestada antes da assinatura do contrato.

13.3 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

13.4 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA-DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.9. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

I – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III – Indenizações e multas.

IV – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA -DA FISCALIZAÇÃO

15.1. Fiscal: Leone de Vargas Pinto, Enfermeiro Coordenador do Ambulatório de especialidades

15.2. Gestor de Contratos: Fernanda de Carli de Vargas, Diretora Assistencial

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA-DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será permitido a subcontratação

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 AS PARTES declaram ciência e integral observância às disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), comprometendo-se a cumprir todas as normas legais, regulatórias e administrativas aplicáveis ao tratamento de dados pessoais eventualmente acessados, compartilhados, armazenados ou tratados em razão da execução do presente contrato administrativo.

17.2 Os dados pessoais obtidos em decorrência da contratação somente poderão ser utilizados para as finalidades estritamente necessárias à execução do objeto contratual, observados os princípios da finalidade, adequação,

necessidade, segurança, prevenção, transparência, não discriminação, responsabilização e prestação de contas previstos no art. 6º da LGPD, sendo vedada sua utilização para finalidade diversa, compartilhamento indevido ou qualquer forma de tratamento irregular ou ilícito.

17.3 AS PARTES obrigam-se a adotar medidas técnicas, administrativas, organizacionais e de segurança da informação aptas a proteger os dados pessoais e dados sensíveis contra acessos não autorizados, vazamentos, destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, mantendo ambiente seguro e controlado, com registro rastreável das operações realizadas, contendo identificação de acessos, data, horário, usuário responsável e finalidade do tratamento, para fins de auditoria, controle e eventual responsabilização.

17.4 A CONTRATADA deverá manter absoluto sigilo e confidencialidade sobre todas as informações, documentos, dados pessoais, dados sensíveis, informações médicas, trabalhistas, administrativas e institucionais a que tiver acesso em razão da execução contratual, responsabilizando-se integralmente por atos praticados por seus empregados, prepostos, representantes, subcontratados, sub operadores ou terceiros a ela vinculados.

17.5 É vedado À CONTRATADA compartilhar, divulgar, reproduzir, comercializar ou transferir dados pessoais obtidos em decorrência do presente contrato, salvo nas hipóteses legalmente autorizadas, mediante prévia comunicação e autorização formal da CONTRATANTE, quando exigível.

17.6 A CONTRATADA compromete-se a orientar, capacitar e treinar seus empregados, colaboradores, prepostos e eventuais subcontratados acerca das obrigações decorrentes da LGPD, das normas de segurança da informação e do dever de confidencialidade aplicável às atividades executadas no âmbito da contratação.

17.7 A CONTRATADA deverá exigir de eventuais SUB OPERADORES, SUB CONTRATADOS ou terceiros envolvidos na execução contratual o integral cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula, permanecendo responsável, perante a CONTRATANTE e terceiros, pelos atos praticados por tais agentes.

17.8 A ocorrência de incidente de segurança, suspeita de vazamento, acesso indevido, perda de dados ou qualquer evento relacionado à violação de dados pessoais deverá ser comunicada imediatamente à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da ciência do fato, acompanhada de todas as informações necessárias para apuração do ocorrido, mitigação dos danos e adoção das medidas legais e regulatórias cabíveis.

17.9 A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, realizar diligências, auditorias, inspeções ou solicitar documentos, relatórios e evidências destinados à verificação do cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente às solicitações formuladas.

17.10 Encerrado o tratamento dos dados pessoais, ou ao término da vigência contratual, a CONTRATADA deverá eliminar, inutilizar, anonimizar ou devolver os dados tratados em decorrência deste contrato, ressalvadas as hipóteses legais de conservação previstas na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, sanitária, administrativa ou regulatória, especialmente para fins de cumprimento de obrigação legal ou exercício regular de direitos.

17.11 Os bancos de dados eventualmente constituídos no âmbito da execução contratual deverão observar padrões adequados de governança, segurança, integridade, rastreabilidade e interoperabilidade, permitindo, quando necessário, a reutilização e compartilhamento institucional legítimo pela Administração Pública, nos termos da legislação aplicável.

17.12 A CONTRATADA reconhece que o presente contrato poderá ser alterado, complementado ou adequado, a qualquer tempo, em razão de determinações legais, regulamentares, recomendações ou orientações expedidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD ou demais órgãos competentes.

17.13 O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA à aplicação das penalidades administrativas e contratuais cabíveis, inclusive advertência, multa, suspensão contratual, rescisão unilateral, responsabilização por perdas e danos e demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, na Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD e demais normas aplicáveis

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 4.133/21, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA- DA PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/21, bem como no sítio eletrônico oficial, consoante previsto no art. 91 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA VIGÉSIMA -DO FORO

20.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Esteio/RS, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Esteio, xx de xxxxxx de 2026

DE ACORDO: ASSESSORIA JURÍDICA DA FSPSCE

DIRETOR GERAL

CONTRATADO

Estudo Técnico Preliminar

(SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA)

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. CATEGORIA DO SERVIÇO: Serviço contínuo.

1.2. MODELO DE CONTRATAÇÃO: Sem dedicação exclusiva de mão de obra

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade demonstrar a necessidade de **contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de assistência médica na especialidade de Traumatologia e Ortopedia**, a serem executados de forma **contínua, sem dedicação exclusiva de mão de obra**, visando ao atendimento regular e ininterrupto da demanda assistencial do Hospital.

A contratação mostra-se imprescindível, considerando que os serviços de Traumatologia e Ortopedia são **essenciais à garantia da assistência à saúde da população**, constituindo atividade finalística do ente público, cuja descontinuidade poderia acarretar prejuízos relevantes ao interesse público, e à regularidade do serviço público de saúde.

2.2 A necessidade da contratação justifica-se, ainda, pela **insuficiência do quadro próprio de profissionais** para atender, de forma integral e contínua, a demanda existente na especialidade de Traumatologia e Ortopedia, sendo imprescindível a complementação do corpo clínico por meio de contratação especializada.

Ressalta-se que o Hospital atua como **referência regional na especialidade de Traumatologia e Ortopedia para a Região de Saúde nº 8**, a qual abrange **18 (dezoito) Municípios**, conforme pactuação estabelecida no âmbito do **Programa ASSISTIR**, da Secretaria Estadual da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul (SES/RS), circunstância que amplia significativamente a demanda assistencial e reforça a necessidade de estruturação adequada do serviço.

2.3. DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DA MÃO DE OBRA.

2.3.1. A prestação dos serviços NÃO gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedando-se expressamente qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta. Neste modelo de execução contratual, procura-se contratar Pessoa Jurídica para a prestação do serviço de Assistência Médica na especialidade de Traumatologia e Ortopedia, e não a mão de obra para execução.

3. ÁREA REQUISITANTE

3.1 ÁREA: Setor de Direção Técnica

3.2 RESPONSÁVEL: Thiago Carvalho Serafim, médico Diretor Técnico da FSPSCE, CRM 32828

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O serviço deve ser prestado com as mesmas especificações constantes no termo de referência e seus anexos.

4.2. São de responsabilidade da empresa todos os impostos, taxas, licenças e registros dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais, que se fizerem necessários, bem como as despesas com frete,

e recursos humanos (quando for o caso).

4.3. Durante a execução, os serviços serão submetidos à inspeção, sendo observados os seguintes itens:

I – Conformidade técnica dos serviços prestados, incluindo a observância dos protocolos assistenciais, normas técnicas, éticas e profissionais aplicáveis à especialidade de Traumatologia e Ortopedia;

II – Cumprimento das datas e horários estipulados para consultas e cirurgias e demais obrigações contratuais, conforme definido no termo de referência e no contrato;

III – Regularidade da habilitação profissional dos médicos vinculados à pessoa jurídica contratada, incluindo registro profissional ativo e especialização compatível com os serviços prestados;

IV – Qualidade, eficiência e continuidade do atendimento, assegurando a adequada assistência aos pacientes e a não interrupção do serviço público de saúde;

V – Observância das normas sanitárias, hospitalares e de segurança do paciente, bem como das diretrizes expedidas pelos órgãos reguladores competentes;

VI – Cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, quando aplicáveis, sem prejuízo da responsabilidade exclusiva da contratada;

VII – Adoção de medidas corretivas, sempre que identificadas falhas, inconformidades ou descumprimento contratual, mediante registro formal e comunicação à contratada.

A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução dos serviços, permanecendo esta integralmente responsável pelos atos praticados no âmbito da execução contratual, nos termos da legislação vigente.

4.4 A Prestação do serviço compreende em:

a) Requisitos e Atribuições:

Requisitos	Atribuições
Curso Superior em Medicina com registro no CREMERS e Registro de Especialista (RQE) em TRAUMATO ORTOPEDIA	I. REALIZAR ATENDIMENTO MODALIDADE SOBREAVISO Principais atividades: Realizar a cobertura ininterrupta 24 horas diárias, 07 dias por semana, na modalidade de plantão sobreaviso para os atendimentos no pronto-socorro e para a realização dos procedimentos decorrentes da avaliação inicial na unidade da emergência. Realizar avaliações e/ou procedimentos cirúrgicos em caráter de urgência de pacientes no setor de emergência ou internados em apoio as demais especialidades.
	II. REALIZAR ATENÇÃO HORIZONTAL AOS PACIENTES INTERNADOS (ROTINA) Principais Atividades: Realizar a avaliação diária dos pacientes internados no período matutino, de forma horizontal, executar procedimentos necessários conforme evolução do quadro (p. ex. troca de curativo, retirada de dreno e etc.), realizar a prescrição médica (até às 15h) e assegurar que o paciente esteja recebendo os cuidados necessários (p. ex. realização de exames, tratamento fisioterápico).
	III. REALIZAR APOIO INTERDISCIPLINAR (CONSULTORIA) Principais Atividades: Avaliar pacientes (emitir parecer sobre assunto no âmbito de sua especialidade), sob o cuidado de outras especialidades ou em outros setores da unidade hospitalar e,

	quando for detectada a necessidade e houver indicação, realizar pequenos procedimentos cirúrgicos e/ou acompanhar a evolução do paciente prestando Apoio Interdisciplinar. IV. REALIZAR CIRURGIAS Principais Atividades: Realizar procedimentos cirúrgicos previamente agendados com pacientes clinicamente preparados. Obrigatório a adesão total ao Protocolo de Cirurgia Segura. V. REALIZAR ATENDIMENTO AMBULATORIAL Principais Atividades: Visa prestar atendimento em caráter ambulatorial, focado no acompanhamento de pacientes submetidos à cirurgia de urgência/emergência e eletiva no hospital. VI. ADESAO AO PROTOCOLO DE CIRURGIA SEGURA INSTITUCIONAL Obrigação: Aderir rigorosamente ao Protocolo de Cirurgia Segura Institucional.
--	---

b) Descrição dos serviços

ITEM	SERVIÇO	HORÁRIO	Nº ATENDIMENTOS
1	Sobreaviso 24h	Sobreaviso: Disponibilidade em regime de sobreaviso 24 horas por dia, 7 dias por semana. O médico de sobreaviso é responsável por realizar a rotina assistencial e a prescrição médica dos pacientes internados, preferencialmente no período da manhã, considerando que a prescrição médica deve estar concluída até as 16 horas. Compete ainda responder às consultorias solicitadas pelo médico plantonista da emergência, bem como aos pedidos de avaliação de pacientes internados em outras especialidades. As consultorias oriundas da emergência devem ser respondidas em até 1 hora, por WhatsApp ou pelo sistema, enquanto as consultorias de pacientes internados devem ser registradas e respondidas em até 24 horas, exclusivamente no sistema de prontuário eletrônico. <i>Inclui-se também entre as atribuições do médico em regime de sobreaviso a realização de auxílio cirúrgico nas cirurgias da respectiva especialidade conforme demanda assistencial.</i>	Média de 10 pacientes internados ao dia. Média 40 consultorias mensais
2	Consulta eletiva Centro de Especialidades	A Contratada deverá ofertar horários disponíveis para a prestação dos serviços, os quais deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, no período das 08h00 às 17h00, com a finalidade de cumprir o número de consultas ofertadas. O médico em regime de sobreaviso poderá, de forma concomitante,	média de 240 consultas mensais

		realizar atendimento ambulatorial de consultas eletivas nas dependências do hospital, desde que não haja prejuízo às atribuições do sobreaviso.	
3	Procedimentos/cirurgias	Cumprir a agenda realizada pelo Centro Cirúrgico; sendo que os procedimentos poderão ser agendados de segunda a sexta-feira (exceto feriados), em horário entre as 07h00min e 19h00min, com a finalidade de cumprir o número mínimo de procedimentos contratados. <u>De forma excepcional, poderão ser realizados procedimentos cirúrgicos aos sábados</u>	Sob demanda Mínimo de 30 cirurgias mensais Pagamento Conforme tabela SUS - SIGTAP (Multiplicada por dois) Como valor máximo a ser pago.

- REFERENTE AO ITEM 3, letra b (descrição de serviços):

O valor a ser pago relativo a cirurgias é fixo, será praticado o valor da tabela SUS (ANEXO I), multiplicado por dois, sendo assim, este item não está sujeito a propostas. Deve-se precificar os itens 1 e 2 do quadro acima.

- DO PAGAMENTO

Esta contratação será por PRODUÇÃO, isto é, a CONTRATADA receberá o valor correspondente ao somatório do sobreaviso adicionado ao número de consultas, cirurgias e procedimentos realizados. **Não será exigida carga horária mínima.**

- DA AFERIÇÃO

É obrigatória a entrega de relatório mensal, até o 5º dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, constando consultas e procedimentos realizados, o qual deverá obrigatoriamente discriminar detalhadamente o serviço prestado; ainda a contratada deverá juntar documentação comprobatória dos pacientes atendidos; sendo que a documentação requerida acima passará por verificação do fiscal do contrato, que após evidenciar a devida prestação do serviço dará o aceite ao mesmo.

DO PREPOSTO:

4.4.3. A licitante vencedora deverá apresentar preposto, aceito pela Fundação de Saúde Pública São Camilo de Esteio, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, bem como para manter contato com o Fiscal do Contrato, devendo ser entregue documento constando: nome, nº do CPF, nº do documento de identidade, endereço eletrônico (e-mail), número de telefone móvel, que deverá ficar disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, sábados, domingos e feriados, tendo em vista que o serviço de sobreaviso será prestado de forma ininterrupta.

4.4.4. A licitante vencedora deverá instruir seu preposto quanto à necessidade de atender prontamente a quaisquer solicitações da FSPSCE, do Fiscal do Contrato ou de seu substituto, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações destes, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados;

4.4.5. O preposto deverá estar disponível de forma on-line, durante 24 horas por dia, sete dias por semana e realizar o atendimento de demandas relativas à prestação do serviço.

4.4.6. São atribuições do preposto, entre outras:

- a) Cumprir e fazer cumprir todas as determinações, instruções e orientações emanadas das autoridades da FSPSCE e do Gestor do Contrato;
- b) Acompanhar a devida prestação do serviço, cumprimento das agendas de consultas e escalas de cirurgias;
- c) Reportar-se formalmente ao Gestor do Contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços;
- d) Relatar formalmente ao Gestor do Contrato, pronta e imediatamente, toda e qualquer irregularidade observada;
- e) Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da Contratada, respondendo à FSPSCE por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles.

4.4.7. Transição Contratual:

4.4.7.1. Não será necessária a transição contratual diante do objeto da prestação do serviço

DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

4.5. Para esta solução, entende-se que não se deve criar critérios de sustentabilidade além dos critérios próprios já existentes nas especificações dos serviços. Visto que critérios sobressalentes podem restringir a competitividade do certame.

4.6. Os serviços a serem executados devem obedecer a Lei n. 12.305/2010, as Instruções Normativas SLTI/MP ns. 01/2010 (Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública).

DA GARANTIA CONTRATUAL

4.7. Será exigida a garantia da contratação de 5% que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.7.1 A garantia, seja qual for a modalidade, deve ser prestada antes da assinatura do contrato.

4.7.1 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.8 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

DA EXIGÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

4.9. Quanto a habilitação técnica, deverão ser atendidas as exigências abaixo:

- a) A CONTRATADA deverá apresentar Certificado de Regularidade de Inscrição junto ao CRM, atestando o Médico Responsável Técnico pela empresa;

- b) ATESTADO ou certidão de CAPACIDADE TÉCNICA da licitante, que comprove que a empresa, executou serviço em quantidade similar para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, na especialidade de **Traumatologia e Ortopedia**., não sendo aceito atestados de outras áreas.
- c) A CONTRATADA deverá apresentar a documentação de um profissional para atuar na instituição como representante do serviço, sendo que este deverá possuir RQE em traumatologia e ortopedia.

4.10. Quanto da assinatura do contrato, deverão ser atendidas as exigências abaixo:

a) A CONTRATADA deverá apresentar Certificado de Regularidade de Inscrição junto ao CREMERS, atestando o Médico Responsável Técnico pela empresa;

b) Os profissionais médicos que irão laborar na FSPSCE devem possuir Curso Superior em Medicina com registro no CREMERS; e Registro de Especialista em Traumatologia e Ortopedia (RQE).

d) A CONTRATADA deverá comprovar que dispõe de equipe médica para prestar a assistência através da apresentação do Contrato Social, para comprovação de sócios ou apresentação de vínculo empregatício, através de cópia do registro em carteira de trabalho, quando empregados. *Além do contrato social e registro em carteira de trabalho, podendo também ser aceito o contrato de trabalho (CLT), contrato de prestação de serviços, registro em conselho profissional (ART/RRT) e até declaração de contratação, sendo a comprovação mais flexível com a Lei nº 14.133/21, focando na garantia da presença do profissional qualificado para executar o contrato, e também não se limitando a empregados fixos, pois o edital define as exigências, mas deve ser razoável e permitir diferentes provas para fins de não restringir o certame.*

d) CONTRATADA deverá apresentar a documentação do CREMERS de um profissional para atuar na instituição como representante do serviço, sendo que este deverá possuir RQE em traumatologia e ortopedia e obrigatoriamente participar da assistência ao paciente.

DA SUBCONTRATAÇÃO

4.11. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

DA FISCALIZAÇÃO

4.12 A execução dos serviços ou entrega do objeto será acompanhada e fiscalizada pelos empregados indicados no Termo de Referência.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 O levantamento de mercado foi realizado conforme Decreto Nº 7.493, de 19 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral e encontra-se descrito no **Anexo Dados do Objeto**.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução identificada para atendimento da necessidade apresentada consiste na **contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de assistência médica na especialidade de Traumatologia e Ortopedia**, a serem executados de forma **contínua, sem dedicação exclusiva de mão de obra**, visando assegurar a adequada cobertura assistencial, a continuidade do atendimento e a manutenção da capacidade operacional do Hospital.

A opção pela contratação de pessoa jurídica mostra-se a alternativa **tecnicamente viável, juridicamente adequada e economicamente vantajosa**, considerando a complexidade dos serviços a serem prestados, a elevada demanda regional, a necessidade de disponibilidade permanente de profissionais especializados e a insuficiência do quadro próprio para suprir, de forma integral, as necessidades assistenciais da instituição.

A solução proposta contempla a disponibilização de profissionais médicos devidamente habilitados e especializados, vinculados à pessoa jurídica contratada, os quais deverão atuar em conformidade com os protocolos clínicos, normas técnicas, éticas e assistenciais vigentes, bem como com as diretrizes estabelecidas pela Administração e pelos órgãos reguladores do sistema de saúde.

O modelo de contratação permitirá maior **flexibilidade administrativa**, otimização dos recursos públicos e **mitigação de riscos relacionados à descontinuidade do serviço**, assegurando resposta adequada às demandas assistenciais decorrentes do atendimento à população local e regional, especialmente em razão de o Hospital atuar como referência em Traumatologia e Ortopedia para a Região de Saúde nº 8, conforme pactuação no âmbito do Programa ASSISTIR da Secretaria Estadual da Saúde.

Ademais, a caracterização do objeto como **serviço contínuo** justifica a adoção de **vigência contratual plurianual**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, proporcionando maior estabilidade na prestação dos serviços, previsibilidade orçamentária e eficiência na gestão contratual, sem prejuízo da fiscalização permanente por parte da Administração quanto à qualidade, regularidade e conformidade da execução.

Dessa forma, a solução descrita atende de maneira integral ao interesse público, observando os princípios do planejamento, eficiência, continuidade do serviço público, economicidade e segurança jurídica, constituindo-se como a alternativa mais adequada para suprir a necessidade identificada no presente Estudo Técnico Preliminar.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. As quantidades foram estimadas considerando as necessidades para um período de 12 meses que resultaram no quantitativo solicitado para a prestação do serviço completa;

7.1.1. A metodologia utilizada para chegar às quantidades que serão consumidas durante o período é baseada no consumo do ano anterior com atividades em pleno funcionamento;

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. A estimativa do valor da contratação e o método de composição dos valores está mensurada no **Anexo Dados do Objeto**. A pesquisa de preços está anexada aos autos processuais, que são procedimentos obrigatórios e prévios à realização de processos de contratação pública.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Não haverá parcelamento desta solução. A disputa se dará por um **único grupo**. **As empresas**

concorrentes deverão apresentar proposta para os itens 1,2 do quadro, conforme descrição dos serviços, ITEM 4.4, letra b, deste ETP. Já o item 3 terá preço fixo, sendo pago para cada procedimento cirúrgico o valor da TABELA SIGTAP (SUS), multiplicado por dois.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1 Não se verificou aquisições correlatas e/ou interdependentes que venham a inviabilizar a contratação ou interferir no planejamento da demanda.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1 Não houve previsão no Plano Anual de Contratações, pois a Fundação não se adequou ainda a este planejamento, porém se baseou nas necessidades encontradas nos certames anteriores, pois contribui para a logística e para as missões técnicas e operacionais, tendo em vista ser fundamental para manutenção dos serviços.

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

I – Garantia da continuidade e regularidade dos serviços assistenciais, assegurando atendimento ininterrupto à população usuária do sistema público de saúde e demanda permanente;

II – Ampliação e fortalecimento da capacidade assistencial do Hospital, mediante a complementação do corpo clínico especializado, possibilitando resposta adequada e tempestiva às demandas locais e regionais;

III – Melhoria da qualidade do atendimento prestado, por meio da atuação de profissionais devidamente habilitados e especializados, em conformidade com os protocolos clínicos, normas técnicas e diretrizes assistenciais vigentes;

IV – Redução de riscos assistenciais e operacionais, evitando a descontinuidade do atendimento, e eventuais prejuízos à segurança dos pacientes;

V – Atendimento às pactuações regionais de saúde, especialmente aquelas firmadas no âmbito do Programa ASSISTIR da Secretaria Estadual da Saúde, assegurando o cumprimento das responsabilidades assumidas pelo Hospital como referência regional em Traumatologia e Ortopedia;

VI – Maior eficiência administrativa e racionalização do uso dos recursos públicos, considerando que o modelo de contratação proposto permite melhor planejamento, previsibilidade orçamentária e otimização da gestão dos serviços;

VII – Segurança jurídica e administrativa, mediante a formalização de vínculo contratual em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com definição clara de obrigações, responsabilidades, mecanismos de fiscalização e critérios de desempenho;

VIII – Fortalecimento do planejamento público, em observância aos princípios da eficiência,

economicidade, continuidade do serviço público e interesse público, assegurando a adequada prestação dos serviços de saúde de forma sustentável e permanente.

Dessa forma, a contratação pretendida revela-se instrumento essencial para a manutenção e o aprimoramento da assistência em Traumatologia e Ortopedia, atendendo às necessidades institucionais e às expectativas da população, com observância integral do arcabouço legal aplicável às contratações públicas.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1 No específico desta contratação, não há necessidade de adequação estruturais do ambiente do órgão requisitante para a contratação do objeto deste estudo.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de assistência médica na especialidade de Traumatologia e Ortopedia, conforme delineado no presente Estudo Técnico Preliminar, **não implica, por sua natureza, a geração de impactos ambientais significativos**, uma vez que se trata de serviço predominantemente intelectual e assistencial, executado nas dependências do Hospital, sem a realização de obras, intervenções físicas ou atividades potencialmente poluidoras.

Não obstante, reconhece-se que a execução dos serviços de saúde pode ensejar **impactos ambientais indiretos e de baixa magnitude**, especialmente relacionados à geração de resíduos provenientes da atividade assistencial, os quais, entretanto, já se encontram inseridos na rotina operacional da instituição e são objeto de **procedimentos específicos de gerenciamento e controle**, nos termos da legislação ambiental e sanitária vigente.

Nesse sentido, a prestação dos serviços deverá observar rigorosamente as normas aplicáveis ao **Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (GRSS)**, bem como as diretrizes estabelecidas pelos órgãos ambientais e sanitários competentes, cabendo à contratada cumprir integralmente os protocolos institucionais adotados pelo Hospital, sem prejuízo da fiscalização exercida pela Administração.

Destaca-se, ainda, que a contratação pretendida encontra-se alinhada ao **princípio do desenvolvimento nacional sustentável**, previsto na Lei nº 14.133/2021, na medida em que visa assegurar a continuidade de serviço público essencial à saúde da população, sem acarretar aumento relevante de impactos ambientais, mantendo-se o equilíbrio entre a eficiência administrativa e a responsabilidade socioambiental.

Dessa forma, conclui-se que os possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação são **mínimos, controláveis e mitigáveis**, não se configurando óbice à implementação da solução proposta, desde que observadas as normas ambientais e sanitárias aplicáveis durante toda a execução contratual.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1. Justificativa da Viabilidade: Tendo em vista a existência de prestadores de serviços, com base na Pesquisa de Preços, declaro que a contratação pretendida é viável nos termos deste Estudo Técnico Preliminar.

15.2. DA ANÁLISE DE RISCOS:

RISCO 1- FALTA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PARA A CONTRATAÇÃO DO OBJETO				
(☒) Risco Baixo (☐) Risco Médio (☐) Risco Alto				
DANOS	IMPACTO	Ação de Contingência	Responsável	Prazo
Atraso no início dos procedimentos licitatórios.	Inatividade dos serviços ,objeto da contratação.	Reserva ou Realocação de Recursos Orçamentários e Financeiros pelo Gestor	Setor Demandante.	Até o início dos Procedimentos Licitatórios

RISCO 2- FALTA DE FORNECEDORES HABILITADOS PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO				
(☐) Risco Baixo (☒) Risco Médio (☐) Risco Alto				
DANOS	IMPACTO	Ação de Contingência	Responsável	Prazo
Atrasos nos procedimentos licitatórios	Atraso na prestação dos serviços objeto da contratação.	Elaboração adequada do Termo de Referência	Setor de Administrativo Demandante	Início do procedimento Licitatório.

RISCO 3- : DESCUMPRIMENTO OU INEXECUÇÃO CONTRATUAL				
(☐) Risco Baixo (☒) Risco Médio (☐) Risco Alto				
DANOS	IMPACTO	Ação de Contingência	Responsável	Prazo
Interrupção na execução do contrato.	Interrupção das atividades que dependem da contratação. Usuários sem os serviços,objeto da contratação	Condições de habilitação eficiente. Evitar aceitação de lances Inexequíveis. Supervisão e análise eficiente a fim de evitar empresas inidôneas e/ou incapazes de executar o contrato.	Setor de Licitações e Contratos	Durante o Procedimentos Licitatórios. Constante.

16. RESPONSÁVEIS

Elaboração por: Aline Martins, Coordenadora de Gestão, Matrícula 1498

Revisão por: Médico Responsável Técnico pela FSPSCE, Thiago Carvalho Serafim, CRM 32828

Fiscal: Leone Ricardo Vargas Pinto, Enfermeiro Coordenador Ambulatório de Especialidades

Gestor: Fernanda de Carli Battistello

Esteio, 05 de janeiro de 2026

ANEXO I

CÓD.	PROCEDIMENTOS TRAUMATOLOGIA - 2025	HOSPITAL	PROFISSIONAL
0408050039	ARTRODESE DE MEDIAS / GRANDES ARTICULAÇÕES DE MEMBRO INFERIOR	R\$ 216,62	R\$ 154,50
0408020032	ARTRODESE DE MEDIAS / GRANDES ARTICULAÇÕES DE MEMBRO SUPERIOR	R\$ 131,17	R\$ 99,20
0408060069	ARTROPLASTIA DE RESSECÇÃO DE MÉDIA / GRANDE ARTICULAÇÃO	R\$ 869,62	R\$ 234,46
0408040050	ARTROPLASTIA PARCIAL DE QUADRIL	R\$ 4.395,02	R\$ 945,22
0415040035	DEBRIDAMENTO DE ULCERA / DE TECIDOS DESVITALIZADOS	R\$ 327,17	R\$ 215,91
0401010031	DRENAGEM DE ABSCESSO (procedimento ambulatorial sem valor, cobrança PAB - procedimento atenção básica)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
401020010	ENXERTO COMPOSTO	R\$ 429,45	R\$ 175,13
0416080030	EXCISAO E SUTURA DE LESAO NA PELE C/PLASTICA EM Z OU ROTAÇÃO DE RETALHO	R\$ 291,18	R\$ 105,00
?????	LUXAÇÃO ARTROPLASTIA QUADRIL COM QUEBRA DE IMPLANTE		
0403020034	MICROCIRURIA DE PLEXO BRAQUIAL COM EXPLORAÇÃO E NEUROLISE (ALTA COMPLEXIDADE)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
0403020077	NEUROLISE NAO FUNCIONAL DE NERVOS PERIFERICOS (USAR ESSE)	R\$ 201,43	R\$ 180,75
0408010118	OSTEOTOMIA DA CLAVÍCULA OU DA ESCÁPULA	R\$ 183,01	R\$ 101,26
0408040157	OSTEOTOMIA DA PELVE (ALTA COMPLEXIDADE)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
0408060182	OSTEOTOMIA DE OSSOS DA MÃO E/OU DO Pr	R\$ 207,75	R\$ 119,50
0408060190	OSTEOTOMIA DE OSSOS LONGOS EXCETO DA MAO E DO PÉ	R\$ 460,58	R\$ 185,10
0408050101	PATELECTOMIA TOTAL OU PARCIAL	R\$ 220,55	R\$ 123,51
0408020130	RECONSTRUÇÃO CAPSULO-LIGAMENTAR DE COTOVELO PUNHO	R\$ 143,95	R\$ 97,48
0408050136	RECONSTRUÇÃO OE TENDÃO PATELAR / TENDÃO QUADRICIPITAL	R\$ 1.270,15	R\$ 332,03
0408050225	REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA DIAFISARIA / LESAO FISARIA DISTAL DA TIBIA C/ OU S/ FRATURA DA FIBULA	R\$ 51,82	R\$ 56,43
0408020202	REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA DIAFISARIA DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO	R\$ 55,26	R\$ 60,19
0408010126	REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA E FRATURA-LUXAÇÃO AO NIVEL DA CINTURA ESCAPULAR	R\$ 44,28	R\$ 44,28
0408040190	REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO COXOFEMORAL TRAUMÁTICA/ PÓS-ARTROPLASTIA	R\$ 63,43	R\$ 69,08
0408010142	REPARO DE ROTURA DO MANGUITO ROTADOR (INCLUI PROCEDIM ENTOS DESCOMPRESSIVOS)	R\$ 232,65	R\$ 190,86
0408060212	RESSECÇÃO DE CISTO SINOVIAL	R\$ 52,40	R\$ 39,09
0408060247	RESSECÇÃO DE TUMOR E RECONSTRUÇÃO C/RETALHO NAO MICROCIRÚRGICO (EXCETO MÃO E PÉ)	R\$ 812,59	R\$ 277,39
0408020091	RESSECÇÃO DO OLECRANO E/OU CABEÇA DO RÁDIO	R\$ 208,13	R\$ 101,38
0408060328	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO INTRA-ARTICULAR	R\$ 88,12	R\$ 50,95
0408060344	RETIRADA DE ESPAÇADORES/ OUTROS MATERIAS	R\$ 5,71	R\$ 55,96
0408060360	RETIRADA DE FIXADOR EXTERNO	R\$ 95,71	R\$ 55,96
0403050103	RIZOTOMIA/ NEUROTOMIA PERCUTANEA POR RADIOFREQUENCIA (ALTA COMPLEXIDADE, usar NEUROLISE)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
0408060450	TENOMIORRAFIA	R\$ 124,25	R\$ 81,66

0408060476	TENOPLASTIA OU ENXERTO DE TENDÃO UNICO	R\$ 506,40	R\$ 173,80
0408060484	TENORRAFIA ÚNICA EM TÚNEL OSTEO-FIBROSO	R\$ 265,09	R\$ 156,21
0408050608	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA LESÃO FISÁRIA DISTAL DE TÍBIA	R\$ 413,48	R\$ 174,74
0408060557	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE ARTRITE INFECCIOSA (GRANDES E MEDIAS ARTICULAÇÕES)	R\$ 266,07	R\$ 154,13
0408040254	TRATAMENTO CIRÚRGICO ASSOCIAÇÃO FRATURA /LUXAÇÃO/ FRATURA - LUXAÇÃO/DISJUNÇÃO ANEL PÉLVICO	R\$ 761,30	R\$ 284,64
0408020326	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE DEDO EM GATILHO	R\$ 149,96	R\$ 91,19
0408020334	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA / LESÃO FISARIA DA EXTREMIDADE PROXIMAL DO UMERÓ	R\$ 364,39	R\$ 134,59
0408020342	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA / LESÃO FISARIA DAS FALANGES DA MÃO (COM FIXAÇÃO)	R\$ 109,69	R\$ 82,91
0408050209	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA / LESÃO FISARIA DOS METACARPÍANOS	R\$ 54,88	R\$ 59,66
0408050489	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA / LESÃO FISARIA PROXIMAL (COLO) DO FEMUR (SÍNTESE)	R\$ 715,22	R\$ 246,63
0408020385	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA / LESÃO FISARIA SUPRACONDILIANA DO UMERÓ	R\$ 365,06	R\$ 134,68
0408050497	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA BIMALEOLAR / TRIMALEOLAR / DA FRATURA-LUXAÇÃO DO TORNOZELO	R\$ 263,01	R\$ 169,13
0408010150	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA CLAVÍCULA	R\$ 275,52	R\$ 103,18
0408050500	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIÁFISE DA TÍBIA	R\$ 631,25	R\$ 215,11
0408050519	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIÁFISE DO FEMUR	R\$ 725,17	R\$ 247,80
0408020393	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIÁFISE DO UMERÓ	R\$ 242,51	R\$ 122,44
0408020407	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA EXTREMIDADE / METÁFISE DISTAL DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO	R\$ 159,49	R\$ 94,31
0408020415	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA EXTREMIDADE / METÁFISE PROXIMAL DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO	R\$ 233,71	R\$ 132,66
0408050527	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA PATELA POR FIXAÇÃO INTERNA	R\$ 344,09	R\$ 159,58
0408020423	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DIAFISARIA DE AMBOS OS OSSOS DO ANTEBRAÇO (C/SÍNTESE)	R\$ 375,19	R\$ 172,11
0408020431	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DIAFISARIA ÚNICA DO RÁDIO/ DA ULNA	R\$ 169,35	R\$ 95,94
0408050535	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DO CALCÂNEO	R\$ 157,29	R\$ 114,13
0408050551	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DO PLANALTO TIBIAL	R\$ 252,08	R\$ 145,07
0408050578	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DO TORNOZELO UNIMALEOLAR	R\$ 347,46	R\$ 124,03
0408050543	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA OO PILÃO TIBIAL	R\$ 263,01	R\$ 202,95
0408050616	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA SUBTROCANTERIANA	R\$ 534,15	R\$ 225,27
0408020385	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA SUPRACONDILEANA DO FEMUR (METÁFISE DISTAL)	R\$ 365,06	R\$ 134,68
0408050632	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA TRANSTROCANTERIANA	R\$ 725,17	R\$ 247,80
0408060590	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA VICIOSAMENTE CONSOLIDADA DOS OSSOS LONGOS EXCETO DA MÃO E DO PÉ	R\$ 391,41	R\$ 164,42
0408020334	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA/ LESÃO FISARIA DA EXTREMIDADE PROXIMAL DO UMERÓ	R\$ 364,39	R\$ 134,59
0408020342	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA/ LESÃO FISARIA DAS FALANGES DA MÃO (COM FIXAÇÃO)	R\$ 109,69	R\$ 82,91
0408020350	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA/ LESÃO FISARIA DE EPI-CONDILO/EPITROClea DO UMERÓ	R\$ 201,27	R\$ 110,15
0408020369	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA/ LESÃO FISARIA DO C6NDILO/ TRÓCLEA/ APOFISE CORONÓIDE DO ULNA/ CAB	R\$ 247,47	R\$ 121,17
0408020385	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA/ LESÃO FISARIA SUPRACONDILIANA DO UMERÓ	R\$ 365,06	R\$ 134,68
0408050632	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURATRANSTROCANTERIANA	R\$ 725,17	R\$ 247,80
0408010185	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LUXAÇÃO / FRATURA - LUXAÇÃO ACROMIO-CLAVICULAR	R\$ 275,44	R\$ 102,15

0408050683	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LUXAÇÃO / FRATURA-LUXAÇÃO AO NIVEL DO JOELHO	R\$ 252,08	R\$ 145,07
0408020547	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LUXAÇÃO OU FRATURA-LUXAÇÃO DO COTOVELO	R\$ 201,27	R\$ 110,15
0408010215	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LUXAÇÃO RECIDIVANTE/ HABITUAL DE ARTICULAÇÃO ESCAPULO-UMERAL	R\$ 212,41	R\$ 166,74
0408010185	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LUXAÇÃO/ FRATURA-LUXAÇÃO ACROMIO-CLAVICULAR	R\$ 275,44	R\$ 102,15
0408010193	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LUXAÇÃO/ FRATURA-LUXAÇÃO ESCAPULO-UMERAL AGUDA	R\$ 168,05	R\$ 133,35
0408050713	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LUXAÇÃO/ FRATURA-LUXAÇÃO TARSO-METATARSICA	R\$ 154,29	R\$ 114,13
0408050799	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO / PERDA ÓSSEA DA DIÁFISE DO FEMUR	R\$ 534,15	R\$ 225,27
0408020555	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO / PERDA ÓSSEA DA MÃO	R\$ 115,59	R\$ 87,53
0408020571	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO / PERDA ÓSSEA DO ÚMERO	R\$ 254,87	R\$ 122,44
0408020598	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE NA REGIÃO METAFISE-EPIFISÁRIA DISTAL DO RÁDIO E ULNA	R\$ 126,53	R\$ 102,76
0408050861	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE/RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO/PERDA ÓSSEA DA DIÁFISE TIBIAL	R\$ 573,86	R\$ 195,55
0408050870	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE/RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO/PERDA ÓSSEA DA METÁFISE TIBIAL	R\$ 420,84	R\$ 177,77
0408010223	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO DA PSEUDARTROSE DE CLAVÍCULA / ESCAPULA	R\$ 183,01	R\$ 101,26
0413040208	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE RETRACAO CICATRICIAL DOS DEDOS DA MAO/PE S/ COMPROMETIMENTO TENDINOSO	R\$ 140,29	R\$ 115,94
0408020610	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE ROTURA / DESINSERÇÃO / ARRANCAMENTO CAPSULO-TENO-LIGAMENTAR NA MÃO	R\$ 146,75	R\$ 111,51
0408050888	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE ROTURA DE MENISCO COM SUTURA MENISCAL UNI / BICOMPATIMENTAL	R\$ 435,67	R\$ 143,22
0408050896	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE ROTURA DO MENISCO COM MENISCECTOMIA PARCIAL / TOTAL	R\$ 1.036,96	R\$ 580,76
0408060689	TRATAMENTO CIRÚRGICO RUTURA APARELHO EXTENSOR DEDO (ambulatorial s/ valor, PAB - atenção básica)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
0403020123	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE SINDROME COMPRESSIVA EM TUNEL OSTEO-FIBROSO AO NIVEL DO CARPO	R\$ 145,18	R\$ 202,44
0408050489	TRATAMENTO CIRÚRGICO OE FRATURA / LESÃO FISARIA PROXIMAL (COLO) DO FEMUR (SÍNTESE)	R\$ 715,22	R\$ 246,63
0408020415	TRATAMENTO CIRÚRGICO OE FRATURA DA EXTREMIDADE / METÁFISE PROXIMAL DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO	R\$ 233,71	R\$ 132,66
0408020423	TRATAMENTO CIRÚRGICO OE FRATURA DIAFISARIA DE AMBOS OS OSSOS DO ANTEBRAÇO (C/SÍNTESE)	R\$ 375,19	R\$ 172,11
0408050632	TRATAMENTO CIRÚRGICO OE FRATURA TRANSTROCANTERIANA	R\$ 725,17	R\$ 247,80
0408010185	TRATAMENTO CIRÚRGICO OE LUXAÇÃO / FRATURA - LUXAÇÃO ACROMIO-CLAVICULAR	R\$ 275,44	R\$ 102,15
0408060719	VIDEOARTROSCOPIA	R\$ 500,00	R\$ 0,00

Termo de Referência

(SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Este termo de referência tem por objeto a **Contratação de Pessoa Jurídica para Assistência Médica em Traumatologia e Ortopedia**. A(s) especificação(ões) do(s) serviço(s), quantidade(s), valor estimado total e unitário estão dispostos na tabela do **Anexo Dados do Objeto**, apêndice deste Termo de Referência.
- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de **bem de luxo**, conforme Decreto Municipal Nº 7.497/22.
- 1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como contínuo sem dedicação exclusiva de mão de obra.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei 14.133 de 2021.
- 1.5. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, em formato plurianual, **por até 10 (dez) anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.6. Quando houver **CONTRATO**, o instrumento oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação (no que couber).
- 1.7. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que visam atender à necessidade de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas, de modo que sua interrupção poderia comprometer a prestação de um serviço público.
- 1.8. O prazo de início da execução dos serviços será de **30 dias contados a partir da assinatura do contrato**.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontra-se pormenorizada no **Anexo Dados do Objeto** apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. A estimativa de preços é precedida de regular pesquisa, nos moldes do art. 23 da Lei nº 14.133/21 e do Decreto Nº 7.493, de 19 de dezembro de 2022 que se encontram com preços usuais de mercado, acostados ao processo.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO.

- 3.1 A solução identificada para atendimento da necessidade apresentada consiste na **contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de assistência médica na especialidade de Traumatologia e Ortopedia**, a serem executados de forma **contínua, sem dedicação exclusiva de mão de obra**, visando assegurar a adequada cobertura assistencial, a continuidade do atendimento e a manutenção da capacidade operacional do Hospital.

A opção pela contratação de pessoa jurídica mostra-se a alternativa **tecnicamente viável, juridicamente adequada e economicamente vantajosa**, considerando a complexidade dos serviços a serem prestados, a elevada demanda regional, a necessidade de disponibilidade permanente de profissionais especializados e a insuficiência do quadro próprio para suprir, de forma integral, as necessidades assistenciais da instituição.

A solução proposta contempla a disponibilização de profissionais médicos devidamente habilitados e especializados, vinculados à pessoa jurídica contratada, os quais deverão atuar em conformidade com os protocolos clínicos, normas técnicas, éticas e assistenciais vigentes, bem como com as diretrizes estabelecidas pela Administração e pelos órgãos reguladores do sistema de saúde.

O modelo de contratação permitirá maior **flexibilidade administrativa**, otimização dos recursos públicos e **mitigação de riscos relacionados à descontinuidade do serviço**, assegurando resposta adequada às demandas assistenciais decorrentes do atendimento à população local e regional, especialmente em razão de o Hospital atuar como referência em Traumatologia e Ortopedia para a Região de Saúde nº 8, conforme pactuação no âmbito do Programa ASSISTIR da Secretaria Estadual da Saúde.

Ademais, a caracterização do objeto como **serviço contínuo** justifica a adoção de **vigência contratual plurianual**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, proporcionando maior estabilidade na prestação dos serviços, previsibilidade orçamentária e eficiência na gestão contratual, sem prejuízo da fiscalização permanente por parte da Administração quanto à qualidade, regularidade e conformidade da execução.

Dessa forma, a solução descrita atende de maneira integral ao interesse público, observando os princípios do planejamento, eficiência, continuidade do serviço público, economicidade e segurança jurídica, constituindo-se como a alternativa mais adequada para suprir a necessidade identificada no presente Estudo Técnico Preliminar.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

a) Requisitos e Atribuições:

Requisitos	Atribuições
Curso Superior em Medicina com registro no CREMERS e Registro de Especialista (RQE) em TRAUMATO ORTOPEDIA	I. REALIZAR ATENDIMENTO MODALIDADE SOBREAVISO Principais atividades: Realizar a cobertura ininterrupta 24 horas diárias, 07 dias por semana, na modalidade de plantão sobreaviso para os atendimentos no pronto-socorro e para a realização dos procedimentos decorrentes da avaliação inicial na unidade da emergência. Realizar avaliações e/ou procedimentos cirúrgicos em caráter de urgência de pacientes no setor de emergência ou internados em apoio as demais especialidades. II. REALIZAR ATENÇÃO HORIZONTAL AOS PACIENTES INTERNADOS (ROTINA) Principais Atividades: Realizar a avaliação diária dos pacientes internados no período matutino, de forma horizontal, executar procedimentos necessários conforme evolução do quadro (p. ex. troca de curativo, retirada de dreno), realizar a prescrição médica (até às 15h) e assegurar que o paciente esteja recebendo os cuidados necessários (p, ex. realização de exames, tratamento fisioterápico). III. REALIZAR APOIO INTERDISCIPLINAR (CONSULTORIA) Principais Atividades: Avaliar pacientes (emitir parecer sobre assunto no âmbito de sua especialidade), sob o cuidado de outras especialidades ou em outros setores da unidade hospitalar e, quando for detectada a necessidade e houver indicação, realizar pequenos procedimentos cirúrgicos e/ou acompanhar a evolução do paciente prestando Apoio Interdisciplinar. IV. REALIZAR CIRURGIAS Principais Atividades: Realizar procedimentos cirúrgicos previamente agendados com pacientes clinicamente preparados. Obrigatório a adesão total ao Protocolo de Cirurgia Segura. V. REALIZAR ATENDIMENTO AMBULATORIAL Principais Atividades: Visa prestar atendimento em caráter

	ambulatorial, focado no acompanhamento de pacientes submetidos à cirurgia de urgência/emergência e eletiva no hospital. VI. ADESAO AO PROTOCOLO DE CIRURGIA SEGURA INSTITUCIONAL Obrigação: Aderir rigorosamente ao Protocolo de Cirurgia Segura Institucional.
--	---

b) Descrição dos serviços

item	SERVIÇO	HORÁRIO	Nº ATENDIMENTOS
1	Sobreaviso 24h	Sobreaviso: Disponibilidade em regime de sobreaviso 24 horas por dia, 7 dias por semana. O médico de sobreaviso é responsável por realizar a rotina assistencial e a prescrição médica dos pacientes internados, preferencialmente no período da manhã, considerando que a prescrição médica deve estar concluída até as 16 horas. Compete ainda responder às consultorias solicitadas pelo médico plantonista da emergência, bem como aos pedidos de avaliação de pacientes internados em outras especialidades. As consultorias oriundas da emergência devem ser respondidas em até 1 hora, por WhatsApp ou pelo sistema, enquanto as consultorias de pacientes internados devem ser registradas e respondidas em até 24 horas, exclusivamente no sistema de prontuário eletrônico. <i>Inclui-se também entre as atribuições do médico em regime de sobreaviso a realização de auxílio cirúrgico nas cirurgias da respectiva especialidade conforme demanda assistencial.</i>	Média de 10 pacientes internados ao dia. Média 40 consultorias mensais
2	Consulta eletiva Centro de Especialidades	A Contratada deverá ofertar horários disponíveis para a prestação dos serviços, os quais deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, no período das 08h00 às 17h00, com a finalidade de cumprir o número de consultas ofertadas. O médico em regime de sobreaviso poderá, de forma concomitante, realizar atendimento ambulatorial de consultas eletivas nas dependências do hospital, desde que não haja prejuízo às atribuições do sobreaviso.	média de 240 consultas mensais
3	Procedimentos/cirurgias	Cumprir a agenda realizada pelo Centro Cirúrgico; sendo que os procedimentos poderão ser agendados de segunda a sexta-feira (exceto feriados), em horário entre as 07h00min e 19h00min, com a finalidade de cumprir o número mínimo de procedimentos contratados. <u>De forma excepcional, poderão ser realizados procedimentos cirúrgicos aos sábados</u>	Sob demanda Mínimo de 30 cirurgias mensais Pagamento Conforme tabela SUS - SIGTAP (Multiplicada por dois) Como valor máximo a ser pago.

Assinado eletronicamente por JONATA CARVALHO DA SILVA, Diretor Geral, em 01/09/2026 08:25:41

Assinado eletronicamente por PAULO RENATO MOSSA DE OLIVEIRA, Diretor Administrativo, em 25/08/2026 14:08:05

Para conferir a autenticidade do documento acesse o endereço <https://grp.esteio.rs.gov.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela PKB14H8QJ250JH1QW

REFERENTE AO ITEM 3, letra b (descrição de serviços):

O valor a ser pago relativo a cirurgias é fixo, será praticado o valor da tabela SUS (ANEXO I), multiplicado por dois, sendo assim, este item não está sujeito a propostas. Deve-se precificar os itens 1 e 2 do quadro acima.

- DO PAGAMENTO

Esta contratação será por PRODUÇÃO, isto é, a CONTRATADA receberá o valor correspondente ao somatório do sobreaviso adicionado ao número de consultas, cirurgias e procedimentos realizados. **Não será exigida carga horária mínima.**

- DA AFERIÇÃO

É obrigatória a entrega de relatório mensal, até o 5º dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, constando consultas e procedimentos realizados, o qual deverá obrigatoriamente discriminar detalhadamente o serviço prestado; ainda a contratada deverá juntar documentação comprobatória dos pacientes atendidos; sendo que a documentação requerida acima passará por verificação do fiscal do contrato, que após evidenciar a devida prestação do serviço dará o aceite ao mesmo.

DO PREPOSTO:

4.4.3. A licitante vencedora deverá apresentar preposto, aceito pela Fundação de Saúde Pública São Camilo de Esteio, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, bem como para manter contato com o Fiscal do Contrato, devendo ser entregue documento constando: nome, nº do CPF, nº do documento de identidade, endereço eletrônico (e-mail), número de telefone móvel, que deverá ficar disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, sábados, domingos e feriados, tendo em vista que o serviço de sobreaviso será prestado de forma ininterrupta.

4.4.4. A licitante vencedora deverá instruir seu preposto quanto à necessidade de atender prontamente a quaisquer solicitações da FSPSCE, do Fiscal do Contrato ou de seu substituto, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações destes, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados;

4.4.5. O preposto deverá estar disponível de forma on-line, durante 24 horas por dia, sete dias por semana e realizar o atendimento de demandas relativas à prestação do serviço.

4.4.6. São atribuições do preposto, entre outras:

- a) Cumprir e fazer cumprir todas as determinações, instruções e orientações emanadas das autoridades da FSPSCE e do Gestor do Contrato;
- b) Acompanhar a devida prestação do serviço, cumprimento das agendas de consultas e escalas de cirurgias;
- c) Reportar-se formalmente ao Gestor do Contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços;
- d) Relatar formalmente ao Gestor do Contrato, pronta e imediatamente, toda e qualquer irregularidade observada;
- e) Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da Contratada, respondendo à FSPSCE por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles.

4.4.7. Transição Contratual:

4.4.7.1. Não será necessária a transição contratual diante do objeto da prestação do serviço

DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

4.5. Para esta solução, entende-se que não se deve criar critérios de sustentabilidade além dos critérios próprios já existentes nas especificações dos serviços. Visto que critérios sobressalentes podem restringir a competitividade do certame.

4.6. Os serviços a serem executados devem obedecer a Lei n. 12.305/2010, as Instruções Normativas SLTI/MP ns. 01/2010 (Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública).

DA GARANTIA CONTRATUAL

4.7. Será exigida a garantia da contratação de 5% que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.7.1 A garantia, seja qual for a modalidade, deve ser prestada antes da assinatura do contrato.

4.7.1 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.8 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

DA EXIGÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

4.9. Quanto a habilitação técnica, deverão ser atendidas as exigências abaixo:

- a) A CONTRATADA deverá apresentar Certificado de Regularidade de Inscrição junto ao CRM, atestando o Médico Responsável Técnico pela empresa;
- b) ATESTADO ou certidão de CAPACIDADE TÉCNICA da licitante, que comprove que a empresa, executou serviço em quantidade similar para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, na especialidade de **Traumatologia e Ortopedia.**, não sendo aceito atestados de outras áreas.
- c) A CONTRATADA deverá apresentar a documentação de um profissional para atuar na instituição como representante do serviço, sendo que este deverá possuir RQE em traumatologia e ortopedia.

4.10. Quanto da assinatura do contrato, deverão ser atendidas as exigências abaixo:

a) A CONTRATADA deverá apresentar Certificado de Regularidade de Inscrição junto ao CREMERS, atestando o Médico Responsável Técnico pela empresa;

b) Os profissionais médicos que irão laborar na FSPSCE devem possuir Curso Superior em Medicina com registro no CREMERS; e Registro de Especialista em Traumatologia e Ortopedia (RQE).

- d) A CONTRATADA deverá comprovar que dispõe de equipe médica para prestar a assistência através da apresentação do Contrato Social, para comprovação de sócios ou apresentação de vínculo empregatício, através de cópia do registro em carteira de trabalho, quando empregados. *Além do contrato social e*

registro em carteira de trabalho, podendo também ser aceito o contrato de trabalho (CLT), contrato de prestação de serviços, registro em conselho profissional (ART/RRT) e até declaração de contratação, sendo a comprovação mais flexível com a Lei nº 14.133/21, focando na garantia da presença do profissional qualificado para executar o contrato, e também não se limitando a empregados fixos, pois o edital define as exigências, mas deve ser razoável e permitir diferentes provas para fins de não restringir o certame.

d) CONTRATADA deverá apresentar a documentação do CREMERS de um profissional para atuar na instituição como representante do serviço, sendo que este deverá possuir RQE em traumatologia e ortopedia e obrigatoriamente participar da assistência ao paciente.

DA FISCALIZAÇÃO

4.11 A execução dos serviços ou entrega do objeto será acompanhada e fiscalizada pelos servidores:

4.11.1. Fiscal: Leone de Vargas Pinto, Enfermeiro Coordenador do Ambulatório de especialidades

4.11.3. Gestor de Contratos: Fernanda de Carli de Vargas, Diretora Assistencial

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O início da execução dos serviços é de 30 (TRINTA) dias, contados da assinatura do contrato.

LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

5.2. Os serviços serão prestados na sede da Fundação de Saúde Pública São Camilo de Esteio, situada a Rua Castro Alves, 948, conforme descrição dos serviços constante no item 4.4, letra b, deste termo de referência.

ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS

5.3. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1 Comunicar imediatamente ao fiscal responsável, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, e que possa vir a representar risco à segurança do Contratante para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

5.4. A CONTRATADA deverá fornecer jaleco branco, o qual será utilizado em diversos setores do Hospital, exceto no centro cirúrgico, onde deverá ser utilizado o SCRUB, este fornecido pela FSPSCE

MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

5.5. Não será necessária disponibilização de materiais por parte da empresa contratada.

INFORMAÇÕES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.6. A demanda do órgão tem como base o levantamento das características conforme item 7 do Estudo Técnico Preliminar para a prestação do serviço.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

PREPOSTO

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7.A Contratada deverá manter preposto de forma on-line, 24 horas por dia e sete dias por semana.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

FISCALIZAÇÃO

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. O fiscal técnico do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal técnico do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

GESTOR DO CONTRATO

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal técnico quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.25. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa a:

6.26. É dever da contratada manter durante o período de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, também, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para execução de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

6.27. Realizar o serviço na sede da contratante, situada a Rua Castro Alves, nº.948, Bairro Tamandaré na cidade de Esteio, conforme descrição do serviço constante no item 4.4. letra B, deste termo de referência.

6.28. Previamente ao início da prestação de serviços na FSPSCE, a CONTRATADA deverá fornecer ao setor de faturamento ficha cadastral preenchida por cada profissional (formulário padrão da FSPSCE) e cópia digital das credenciais médicas ao setor de faturamento do Hospital, para o devido cadastro da equipe da contratada no CNES da Instituição.

6.29. Entrega de escala de serviços (sobreaviso) no penúltimo dia útil que antecede o mês no qual o serviço será prestado, informando o nome, CRM e telefone de cada profissional que irá laborar. Em caso de alterações na escala de trabalho, comunicar de imediato a Instituição Contratante.

6.30. A cada novo profissional a ser encaminhado para laborar nesta casa de saúde, fornecer previamente ficha cadastral preenchida pelo mesmo (formulário padrão da FSPSCE) e cópia digital das credenciais médicas ao setor de faturamento do Hospital, a fim de ser verificada a habilitação do profissional e fornecida autorização e login de acesso pela CONTRATANTE para utilização do sistema de prontuário eletrônico pela CONTRATADA.

6.31. Obrigatoriedade de repor os profissionais escalados por vossa empresa para atendimento ao sobreaviso, que eventualmente sejam afastados do labor por doença ou qualquer outra situação.

6.32. Cumprir a AGENDA CIRURGICA determinada pelo setor de Centro cirúrgico da Instituição, sendo que o **cancelamento dos procedimentos só poderá ser realizado pela Instituição**, por determinação da Direção Técnica; **em hipótese alguma poderá ocorrer cancelamento de procedimentos por parte da empresa prestadora de serviços**, assim evitando prejuízo ao atendimento aos pacientes.

6.33. Cumprir a agenda de CONSULTAS ELETIVAS ORIUNDAS DO GERCON, sendo que caso o profissional titular designado, por qualquer motivo não compareça, a empresa prestadora de serviço deverá providenciar **substituto para atender a demanda**, em um prazo máximo de 2 horas, transcorridas a partir do horário que deveria iniciar a prestação do serviço, assim evitando prejuízo ao atendimento aos pacientes.

6.34 Os uniformes, isto é, jaleco branco com identificação pessoal para atendimento serão de obrigatoriedade da Contratada, já a vestimenta/scrub para utilização no centro cirurgico será fornecida pela FSPSCE.

6.35 Garantir a efetiva execução do número mínimo de consultas e procedimentos cirurgicos determinados neste termo de referência, os quais fazem parte da pactuação da FSPSCE com o Programa ASSISTIR da SES/RS.

6.36. E obrigatória a entrega de relatório mensal, até o 5º dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, constando consultas e procedimentos realizados, o qual deverá obrigatoriamente discriminar detalhadamente o serviço prestado; ainda a contratada deverá juntar documentação comprobatória dos pacientes atendidos; sendo que a documentação requerida acima passará por verificação do fiscal do contrato, que após evidenciar a devida prestação do serviço dará o aceite ao mesmo.

6.37. Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.38. Receber provisoriamente o serviço; verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

6.39. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de empregado especialmente designado;

6.40. Efetuar o pagamento na forma ajustada neste Termo de Referência e no Instrumento Contratual;

6.41. Cumprir com as demais obrigações constantes no previsto no Instrumento Contratual.

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.42. Comete infração administrativa, nos termos do Art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega dos serviços da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.43. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- **Multa**: Para as infrações previstas nos itens “a”, “b”, “c”, “d” do subitem acima a multa será conforme itens abaixo:
 - I. Multa moratória de até 0,5 % por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida do contrato/objeto, até o limite de 60 (sessenta) dias;
 - II. Multa moratória de até 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato/objeto, até o máximo de 30%, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, se for o caso;
 - III. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;
 - IV. Multa Compensatória de até 30% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial, imperfeita ou total do contrato/objeto.

- **Multa:** Para as infrações previstas nos itens “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

6.44. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Contratante.

6.45. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

6.46. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.47. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.48. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para o Contratante;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.49. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

6.50. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

6.51. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

6.52. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A referida contratação é realizada por PRODUÇÃO, isto é, a Contratada receberá pagamento pelo somatório dos serviços prestados, desta forma não haverá glosa, tendo em vista que só receberá pela efetiva execução de serviço.

7.1.1 AFERIÇÃO:

Será realizada através de relatório mensal, entregue pela contratada até o 5º dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, constando consultas e procedimentos realizados, o qual deverá obrigatoriamente discriminar detalhadamente o serviço prestado; ainda a contratada deverá juntar documentação comprobatória dos pacientes atendidos; sendo que a documentação requerida acima passará por verificação do fiscal do contrato, que após evidenciar a devida prestação do serviço dará o aceite ao mesmo.

7.2. Quando couber, os serviços serão recebidos provisoriamente, pelo fiscal técnico, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.10. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.12. Quando a fiscalização for exercida por um único empregado, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.13. Os serviços serão recebidos definitivamente por empregado ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.13.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal técnico, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de ateste de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.13.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.13.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.13.4. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.13.5. Enviar a documentação pertinente ao setor respectivo para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.15. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.17. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação.

7.18. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.19. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) o período respectivo de execução do contrato;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.20. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.21. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.22. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

- 7.23. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.24. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.25. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.26. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 7.27. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 20 dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa
- 7.28. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.
- 7.29. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.30. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.31. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.32. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 7.33. Providências e prazos para a liquidação e pagamento:
- I – 10 (dez dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração;
 - II – 20 (vinte dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.
- 7.34. A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela empresa contratada diretamente ao responsável pelo recebimento que somente irá atestar a entrega dos produtos e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela empresa vencedora, todas as condições pactuadas.
- 7.35. A FSPSCE certificará a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o material entregue e o que foi solicitado. A contagem para o 20º (vigésimo) dia, previsto no caput, só iniciar-se-á após a aceitação dos produtos pelo responsável pelo recebimento e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.
- 7.36. Para execução do pagamento, a empresa contratada deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome da Fundação de Saúde Pública São Camilo de Esteio, CNPJ 13.016.717/0001-73, informando o número de sua conta corrente, se Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e/ou Banco do Estado do Rio Grande do Sul, e a respectiva Agência, bem como o número da Ordem de Compra.
- 7.37. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à empresa contratada e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta

hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus à FSPSCE.

7.38. A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da empresa contratada.

7.39. De acordo com Instrução Normativa RFB Nº 2110, de 17 de outubro de 2022 e alterações, do Instituto Nacional do Seguro Social do MPAS, a FSPSCE, SE COUBER, fará a retenção de 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal de prestação de serviços e efetuará o recolhimento à Seguridade Social.

7.40. A FSPSCE poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela empresa contratada casos verificados uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

- a) A empresa contratada deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador da FSPSCE.
- b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a empresa contratada atenda à cláusula infringida.
- c) A empresa que retarda indevidamente a entrega do objeto licitado por prazo que venha a prejudicar as atividades da FSPSCE.
- d) Débito da empresa contratada para com a FSPSCE, quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
- e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração às demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

7.41. Os pagamentos observarão os limites de desembolso máximo conforme cronograma estabelecido no termo de referência, se houver.

7.42. O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento à empresa vencedora/contratada, ocorrerá através da Fundação de Saúde Pública São Camilo de Esteio, mediante apresentação da nota fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, acompanhado das comprovações de regularidade junto a Fazenda Federal, Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, Município de Esteio, FGTS e Justiça do Trabalho.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 A forma e critério de seleção dos fornecedores estão dispostos no **Anexo Dados do Objeto** apêndice deste Termo de Referência.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.2. Quanto a habilitação técnica, deverão ser atendidas as exigências abaixo:

- a) A CONTRATADA deverá apresentar Certificado de Regularidade de Inscrição junto ao CRM, atestando o Médico Responsável Técnico pela empresa;
- b) ATESTADO ou certidão de CAPACIDADE TÉCNICA da licitante, que comprove que a empresa, executou serviço em quantidade similar para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, na especialidade de **Traumatologia e**

Ortopedia., não sendo aceito atestados de outras áreas.

- c) A CONTRATADA deverá apresentar a documentação de um profissional para atuar na instituição como representante do serviço, sendo que este deverá possuir RQE em traumatologia e ortopedia.

8.3. Quanto da assinatura do contrato, deverão ser atendidas as exigências abaixo:

a) A CONTRATADA deverá apresentar Certificado de Regularidade de Inscrição junto ao CREMERS, atestando o Médico Responsável Técnico pela empresa;

b) Os profissionais médicos que irão laborar na FSPSCE devem possuir Curso Superior em Medicina com registro no CREMERS; e Registro de Especialista em Traumatologia e Ortopedia (RQE).

c) A CONTRATADA deverá comprovar que dispõe de equipe médica para prestar a assistência através da apresentação do Contrato Social, para comprovação de sócios ou apresentação de vínculo empregatício, através de cópia do registro em carteira de trabalho, quando empregados. *Além do contrato social e registro em carteira de trabalho, podendo também ser aceito o contrato de trabalho (CLT), contrato de prestação de serviços, registro em conselho profissional (ART/RRT) e até declaração de contratação, sendo a comprovação mais flexível com a Lei nº 14.133/21, focando na garantia da presença do profissional qualificado para executar o contrato, e também não se limitando a empregados fixos, pois o edital define as exigências, mas deve ser razoável e permitir diferentes provas para fins de não restringir o certame.*

d) CONTRATADA deverá apresentar a documentação do CREMERS de um profissional para atuar na instituição como representante do serviço, sendo que este deverá possuir RQE em traumatologia e ortopedia e obrigatoriamente participar da assistência ao paciente.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. A estimativa do valor da contratação encontra-se disposto no **Anexo Dados do Objeto**, apêndice deste Termo de Referência.

DA ANÁLISE DE RISCOS

9.2 A análise de riscos encontra-se disposto no item **15.2 do Estudo Técnico Preliminar**, apêndice deste Termo de Referência.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Os recursos utilizados para a reserva orçamentária estarão dispostos no Edital.

11. RESPONSÁVEIS

Elaboração por: Aline Martins, Coordenadora de Gestão, Matrícula 1498

Revisão por: Médico Responsável Técnico pela FSPSCE, Thiago Carvalho Serafim, CRM 32828

Fiscal: Leone de Vargas Pinto, Enfermeiro Coordenador Ambulatório de Especialidades

Gestor: Fernanda de Carli de Vargas, Diretora Assistencial

Esteio, 05 de janeiro de 2026

ANEXO I

CÓD.	PROCEDIMENTOS TRAUMATOLOGIA - 2025	HOSPITAL	PROFISSIONAL
0408050039	ARTRODESE DE MEDIAS / GRANDES ARTICULAÇÕES DE MEMBRO INFERIOR	R\$ 216,62	R\$ 154,50
0408020032	ARTRODESE DE MEDIAS / GRANDES ARTICULAÇÕES DE MEMBRO SUPERIOR	R\$ 131,17	R\$ 99,20
0408060069	ARTROPLASTIA DE RESSECÇÃO DE MÉDIA / GRANDE ARTICULAÇÃO	R\$ 869,62	R\$ 234,46
0408040050	ARTROPLASTIA PARCIAL DE QUADRIL	R\$ 4.395,02	R\$ 945,22
0415040035	DEBRIDAMENTO DE ULCERA / DE TECIDOS DESVITALIZADOS	R\$ 327,17	R\$ 215,91
0401010031	DRENAGEM DE ABSCESSO (procedimento ambulatorial sem valor, cobrança PAB - procedimento atenção básica)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
401020010	ENXERTO COMPOSTO	R\$ 429,45	R\$ 175,13
0416080030	EXCISAO E SUTURA DE LESAO NA PELE C/PLASTICA EM Z OU ROTAÇÃO DE RETALHO	R\$ 291,18	R\$ 105,00
?????	LUXAÇÃO ARTROPLASTIA QUADRIL COM QUEBRA DE IMPLANTE		
0403020034	MICROCIRURIA DE PLEXO BRAQUIAL COM EXPLORAÇÃO E NEUROLISE (ALTA COMPLEXIDADE)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
0403020077	NEUROLISE NAO FUNCIONAL DE NERVOS PERIFERICOS (USAR ESSE)	R\$ 201,43	R\$ 180,75
0408010118	OSTEOTOMIA DA CLAVÍCULA OU DA ESCÁPULA	R\$ 183,01	R\$ 101,26
0408040157	OSTEOTOMIA DA PELVE (ALTA COMPLEXIDADE)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
0408060182	OSTEOTOMIA DE OSSOS DA MÃO E/OU DO Pr	R\$ 207,75	R\$ 119,50
0408060190	OSTEOTOMIA DE OSSOS LONGOS EXCETO DA MAO E DO PÉ	R\$ 460,58	R\$ 185,10
0408050101	PATELECTOMIA TOTAL OU PARCIAL	R\$ 220,55	R\$ 123,51
0408020130	RECONSTRUÇÃO CAPSULO-LIGAMENTAR DE COTOVELO PUNHO	R\$ 143,95	R\$ 97,48
0408050136	RECONSTRUÇÃO OE TENDÃO PATELAR / TENDÃO QUADRICIPITAL	R\$ 1.270,15	R\$ 332,03
0408050225	REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA DIAFISARIA / LESAO FISARIA DISTAL DA TIBIA C/ OU S/ FRATURA DA FIBULA	R\$ 51,82	R\$ 56,43
0408020202	REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA DIAFISARIA DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO	R\$ 55,26	R\$ 60,19
0408010126	REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA E FRATURA-LUXAÇÃO AO NIVEL DA CINTURA ESCAPULAR	R\$ 44,28	R\$ 44,28
0408040190	REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO COXOFEMORAL TRAUMÁTICA/ PÓS-ARTROPLASTIA	R\$ 63,43	R\$ 69,08
0408010142	REPARO DE ROTURA DO MANGUITO ROTADOR (INL&IJI PROCEDIM ENTOS DESCOMPRESSIVOS)	R\$ 232,65	R\$ 190,86
0408060212	RESSECÇÃO DE CISTO SINOVIAL	R\$ 52,40	R\$ 39,09
0408060247	RESSECÇÃO DE TUMOR E RECONSTRUÇÃO C/RETALHO NAO MICROCIRÚRGICO (EXCETO MÃO E PÉ)	R\$ 812,59	R\$ 277,39
0408020091	RESSECÇÃO DO OLECRANO E/OU CABEÇA DO RÁDIO	R\$ 208,13	R\$ 101,38
0408060328	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO INTRA-ARTICULAR	R\$ 88,12	R\$ 50,95
0408060344	RETIRADA DE ESPAÇADORES/ OUTROS MATERIAS	R\$ 5,71	R\$ 55,96
0408060360	RETIRADA DE FIXADOR EXTERNO	R\$ 95,71	R\$ 55,96
0403050103	RIZOTOMIA/ NEUROTOMIA PERCUTANEA POR RADIOFREQUENCIA (ALTA COMPLEXIDADE, usar NEUROLISE)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
0408060450	TENOMIORRAFIA	R\$ 124,25	R\$ 81,66
0408060476	TENOPLASTIA OU ENXERTO DE TENDÃO UNICO	R\$ 506,40	R\$ 173,80
0408060484	TENORRAFIA ÚNICA EM TÚNEL OSTEO-FIBROSO	R\$ 265,09	R\$ 156,21

Assinado eletronicamente por JONATA CARVALHO DA SILVA, Diretor Geral, em 01/09/2026 08:25:41

Assinado eletronicamente por PHILIPPE DA SILVA, Diretor Administrativo, em 25/09/2024 08:05:34

Para conferir a autenticidade do documento acesse o endereço <https://grp.esteio.rs.gov.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela PNB14H3Q3250-PTQW

0408050608	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA LESÃO FISÁRIA DISTAL DE TÍBIA	R\$ 413,48	R\$ 174,74
0408060557	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE ARTRITE INFECCIOSA (GRANDES E MEDIAS ARTICULAÇÕES)	R\$ 266,07	R\$ 154,13
0408040254	TRATAMENTO CIRÚRGICO ASSOCIAÇÃO FRATURA /LUXAÇÃO/ FRATURA - LUXAÇÃO/DISJUNÇÃO ANEL PÉLVICO	R\$ 761,30	R\$ 284,64
0408020326	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE DEDO EM GATILHO	R\$ 149,96	R\$ 91,19
0408020334	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA / LESÃO FISARIA DA EXTREMIDADE PROXIMAL DO UMERÓ	R\$ 364,39	R\$ 134,59
0408020342	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA / LESÃO FISARIA DAS FALANGES DA MÃO (COM FIXAÇÃO)	R\$ 109,69	R\$ 82,91
0408050209	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA / LESÃO FISARIA DOS METACARPIANOS	R\$ 54,88	R\$ 59,66
0408050489	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA / LESÃO FISARIA PROXIMAL (COLO) DO FEMUR (SÍNTESE)	R\$ 715,22	R\$ 246,63
0408020385	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA / LESÃO FISARIA SUPRACONDILIANA DO UMERÓ	R\$ 365,06	R\$ 134,68
0408050497	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA BIMALEOLAR / TRIMALEOLAR / DA FRATURA-LUXAÇÃO DO TORNOZELO	R\$ 263,01	R\$ 169,13
0408010150	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA CLAVÍCULA	R\$ 275,52	R\$ 103,18
0408050500	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIÁFISE DA TÍBIA	R\$ 631,25	R\$ 215,11
0408050519	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIÁFISE DO FEMUR	R\$ 725,17	R\$ 247,80
0408020393	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIÁFISE DO UMERÓ	R\$ 242,51	R\$ 122,44
0408020407	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA EXTREMIDADE / METÁFISE DISTAL DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO	R\$ 159,49	R\$ 94,31
0408020415	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA EXTREMIDADE / METÁFISE PROXIMAL DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO	R\$ 233,71	R\$ 132,66
0408050527	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA PATELA POR FIXAÇÃO INTERNA	R\$ 344,09	R\$ 159,58
0408020423	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DIAFISARIA DE AMBOS OS OSSOS DO ANTEBRAÇO (C/SÍNTESE)	R\$ 375,19	R\$ 172,11
0408020431	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DIAFISARIA ÚNICA DO RÁDIO/ DA ULNA	R\$ 169,35	R\$ 95,94
0408050535	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DO CALCÂNEO	R\$ 157,29	R\$ 114,13
0408050551	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DO PLANALTO TIBIAL	R\$ 252,08	R\$ 145,07
0408050578	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DO TORNOZELO UNIMALEOLAR	R\$ 347,46	R\$ 124,03
0408050543	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA OO PILÃO TIBIAL	R\$ 263,01	R\$ 202,95
0408050616	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA SUBTROCANTERIANA	R\$ 534,15	R\$ 225,27
0408020385	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA SUPRACONDILEANA DO FEMUR (METÁFISE DISTAL)	R\$ 365,06	R\$ 134,68
0408050632	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA TRANSTROCANTERIANA	R\$ 725,17	R\$ 247,80
0408060590	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA VICIOSAMENTE CONSOLIDADA DOS OSSOS LONGOS EXCETO DA MÃO E DO PÉ	R\$ 391,41	R\$ 164,42
0408020334	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA/ LESÃO FISARIA DA EXTREMIDADE PROXIMAL DO UMERÓ	R\$ 364,39	R\$ 134,59
0408020342	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA/ LESÃO FISARIA DAS FALANGES DA MÃO (COM FIXAÇÃO)	R\$ 109,69	R\$ 82,91
0408020350	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA/ LESÃO FISARIA DE EPI-CONDILO/EPI-TRÓCLEA DO UMERÓ	R\$ 201,27	R\$ 110,15
0408020369	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA/ LESÃO FISARIA DO C6NDILO/ TRÓCLEA/ APOFISE CORONÓIDE DO ULNA/ CAB	R\$ 247,47	R\$ 121,17
0408020385	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA/ LESÃO FISARIA SUPRACONDILIANA DO UMERÓ	R\$ 365,06	R\$ 134,68
0408050632	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURATRANSTROCANTERIANA	R\$ 725,17	R\$ 247,80
0408010185	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LUXAÇÃO / FRATURA - LUXAÇÃO ACROMIO-CLAVICULAR	R\$ 275,44	R\$ 102,15
0408050683	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LUXAÇÃO / FRATURA-LUXAÇÃO AO NÍVEL DO JOELHO	R\$ 252,08	R\$ 145,07
0408020547	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LUXAÇÃO OU FRATURA-LUXAÇÃO DO COTOVELO	R\$ 201,27	R\$ 110,15
0408010215	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LUXAÇÃO RECIDIVANTE/ HABITUAL DE ARTICULAÇÃO ESCAPULO-UMERAL	R\$ 212,41	R\$ 166,74
0408010185	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LUXAÇÃO/ FRATURA-LUXAÇÃO ACROMIO-CLAVICULAR	R\$ 275,44	R\$ 102,15

Assinado eletronicamente por **JONATA CARVALHO DA SILVA, Diretor Geral**, em 01/09/2026 08:25:41

Assinado eletronicamente por **PLACIDIANO MOSSAQUELO, Diretor Administrativo**, em 28/09/2024 08:05:34

Para conferir a autenticidade do documento acesse o endereço <https://grp.esteio.rs.gov.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela **PM14/HQ/250-PTM**

0408010193	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LUXAÇÃO/ FRATURA-LUXAÇÃO ESCAPULO-UMERAL AGUDA	R\$ 168,05	R\$ 133,35
0408050713	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LUXAÇÃO/ FRATURA-LUXAÇÃO TARSO-METATARSICA	R\$ 154,29	R\$ 114,13
0408050799	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO / PERDA ÓSSEA DA DIÁFISE DO FEMUR	R\$ 534,15	R\$ 225,27
0408020555	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO / PERDA ÓSSEA DA MÃO	R\$ 115,59	R\$ 87,53
0408020571	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO / PERDA ÓSSEA DO ÚMERO	R\$ 254,87	R\$ 122,44
0408020598	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE NA REGIÃO METAFISE-EPIFISÁRIA DISTAL DO RÁDIO E ULNA	R\$ 126,53	R\$ 102,76
0408050861	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE/RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO/PERDA ÓSSEA DA DIÁFISE TIBIAL	R\$ 573,86	R\$ 195,55
0408050870	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE/RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO/PERDA ÓSSEA DA METÁFISE TIBIAL	R\$ 420,84	R\$ 177,77
0408010223	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO DA PSEUDARTROSE DE CLAVÍCULA / ESCAPULA	R\$ 183,01	R\$ 101,26
0413040208	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE RETRACAO CICATRICAL DOS DEDOS DA MAO/PE S/ COMPROMETIMENTO TENDINOSO	R\$ 140,29	R\$ 115,94
0408020610	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE ROTURA / DESINSERÇÃO / ARRANCAMENTO CAPSULO-TENO-LIGAMENTAR NA MÃO	R\$ 146,75	R\$ 111,51
0408050888	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE ROTURA DE MENISCO COM SUTURA MENISCAL UNI / BICOMPATIMENTAL	R\$ 435,67	R\$ 143,22
0408050896	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE ROTURA DO MENISCO COM MENISCECTOMIA PARCIAL / TOTAL	R\$ 1.036,96	R\$ 580,76
0408060689	TRATAMENTO CIRÚRGICO RUTURA APARELHO EXTENSOR DEDO (ambulatorial s/ valor, PAB - atenção básica)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
0403020123	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE SINDROME COMPRESSIVA EM TUNEL OSTEO-FIBROSO AO NIVEL DO CARPO	R\$ 145,18	R\$ 202,44
0408050489	TRATAMENTO CIRÚRGICO OE FRATURA / LESÃO FISARIA PROXIMAL (COLO) DO FEMUR (SÍNTESE)	R\$ 715,22	R\$ 246,63
0408020415	TRATAMENTO CIRÚRGICO OE FRATURA DA EXTREMIDADE / METÁFISE PROXIMAL DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO	R\$ 233,71	R\$ 132,66
0408020423	TRATAMENTO CIRÚRGICO OE FRATURA DIAFISARIA DE AMBOS OS OSSOS DO ANTEBRAÇO (C/SÍNTESE)	R\$ 375,19	R\$ 172,11
0408050632	TRATAMENTO CIRÚRGICO OE FRATURA TRANSTROCANTERIANA	R\$ 725,17	R\$ 247,80
0408010185	TRATAMENTO CIRÚRGICO OE LUXAÇÃO / FRATURA - LUXAÇÃO ACROMIO-CLAVICULAR	R\$ 275,44	R\$ 102,15
0408060719	VIDEOARTROSCOPIA	R\$ 500,00	R\$ 0,00

ANEXO DADOS DO OBJETO**COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM 1- INFORMAÇÕES BÁSICAS**

Tipo de Objeto: Serviço contínuo

Característica do Objeto: Sem dedicação exclusiva de mão de obra

Critério de julgamento: Menor Preço

Critério de Adjudicação: Global

Contratação através de PREGÃO na forma ELETRÔNICA, com fulcro no Art. 28, I da Lei Federal nº 14.133/2021.

COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM 9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor total de aquisição é de: **R\$ 1.565.954,88 (Um milhão quinhentos e sessenta e cinco mil novecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e oito centavos).**

Foi realizada consulta junto ao Licitacão, fornecedores e PNCP para aferir o valor e compor o preço médio conforme documentado no mapa de preços e conforme Decreto Nº 7493, de 19 de dezembro de 2022.

A pesquisa de preços foi realizada pelo(a) servidor(a): Michael Jordan – Matrícula - 826364

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	VALOR MEDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Sobreaviso médico em traumatologia. (Conforme descrito em Termo de Referência)	12	mês	R\$ 116.117,04	R\$ 1.393.404,48
2	Consulta eletiva - centro de especialidades. (Conforme descrito em Termo de Referência)	2.280	un	R\$ 75,68	R\$ 172.550,40
3	Procedimentos/cirurgias	Cumprir a agenda realizada pelo Centro Cirúrgico; sendo que os procedimentos poderão ser agendados de segunda a sexta-feira (exceto feriados), em horário entre as 07h00min e 19h00min, com a finalidade de cumprir o número mínimo de procedimentos contratados. De forma excepcional, poderão ser realizados procedimentos cirúrgicos aos sábados		Sob demanda Mínimo de 30 cirurgias mensais Pagamento Conforme tabela SUS -SIGTAP (Multiplicada por dois) Como valor máximo a ser pago.	

